

Diário do Legislativo de 02/03/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 4ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ATAS

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 23/2/2010

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questão de ordem - Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.437; discurso do Deputado André Quintão; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Ronaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para

proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Carlin Moura, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Questão de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, há alguns detalhes a apresentar, no tempo que é curto, sobre o transporte de Belo Horizonte. Mais uma vez, como Presidente da frente parlamentar, reafirmo a necessidade de transporte digno, aliás, repito o que disse à tarde, digno e de qualidade. Está na hora de retomarmos a conversa a respeito da desoneração da tarifa do transporte público. Já não podemos aceitar uma passagem de ônibus em que o Município, o Estado e a União fiquem com 40%. O Município, o Estado e a União não podem ganhar do trabalhador, Sr. Presidente. O transporte público e a tarifa do transporte público têm de ser tratados como é tratado o incentivo da cesta básica. Somente quando ocorrem paralisações como a de ontem, de hoje e, tenho a certeza, um pouco de amanhã - porque estão acabando de acertar o fim do movimento, mas ainda haverá alguma mobilização amanhã - é que voltamos a falar disso. Hoje os jornais informaram que o comércio de Belo Horizonte teve 14 milhões de prejuízo. Mas esse prejuízo de 14 milhões não ficou com o proprietário da empresa de ônibus, Sr. Presidente. Ele perdeu ali R\$10.000,00, R\$5.000,00, R\$20.000,00, vamos dizer. Quem perdeu mesmo foi o trabalhador, a população e aquele empreendedor que acredita no trabalho. Está na hora de a CDL, o Sinduscon e os demais órgãos envolvidos, em trabalho conjunto, tentarem a desoneração. Nesta Casa, por exemplo, existe projeto - trabalhamos nisso há anos e anos - que coloca fim na cobrança de IPVA para o transporte. E isso vai diretamente para a tarifa, Sr. Presidente. O único Estado que cobra IPVA do transporte público é Minas Gerais, não há outro. Aqui o governo não abriu mão. Sou base de governo e digo isso com tranquilidade. Do parafuso da roda do ônibus até a carcaça, o imposto incide. Está na hora, então, de esta Assembleia tomar posição. Discutiremos a matéria, envolvendo a Comissão de Transporte, para que possamos amanhã ter transporte de qualidade, para que possamos amanhã remunerar bem o rodoviário, porque vamos tirar o recurso, para pagar do próprio imposto. Quero deixar bem claro que ônibus anda com passageiro e com roleta. O empresário não fica com prejuízo algum. Quem pagará por este ônibus que foi queimado no túnel não é empresário nem seguro, mas a população, porque isso estará na planilha de custos. Está na hora de pensarmos nisso com seriedade. Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero abordar a entrega do Troféu Guará, que ocorreu ontem. Eu acompanhava o jornal da TV desta Casa, e tivemos oportunidade de aparecer em todos os canais de televisão, menos na TV Assembleia. Quando tínhamos aqui jornalistas contratados, o compromisso era muito maior com esta Casa. O Rodrigo Lucena, Chefe da televisão que criei há 16 anos... E podem ter certeza de que quem cria também "descria", Sr. Presidente. Se eu subir na tribuna agora e começar a mostrar meu número, essa televisão vai para o espaço, nós a fechamos. O pessoal do jornalismo da televisão tem de entender que a cobertura tem de ser feita para esta Casa, para os Deputados que ali estavam. Foi vergonha o Deputado Gil Pereira ficar atrás do Presidente, de (- expressão expungida por determinação do Sr. Presidente), numa TV Assembleia. Foi vergonha a televisão desta Casa, que mostra a atividade parlamentar, não entrevistar o Vice-Presidente da Assembleia, Deputado Weliton Prado, que ali se encontrava. Completando, Sr. Presidente, é vergonha o que estamos vendo hoje na TV Assembleia, depois dos concursados, que não têm compromisso com a divulgação do Parlamento. Esta televisão é para mostrar a atividade parlamentar de cada um, é a prestação de contas que temos de dar à população. E mais, todo o trabalho desta Casa tem de ter cobertura digna. Todos os Deputados desta Casa têm de ter espaço naquela televisão. Digo com tranquilidade que, como Presidente do América, Campeão Brasileiro, ontem recebi o troféu e tive oportunidade de estar em todos os canais de televisão, menos na TV Assembleia, que criei e onde hoje os concursados não têm compromisso com a divulgação parlamentar desta Casa. Obrigado.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.437, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 14.599, de 23/1/2003, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Matias Barbosa o imóvel que especifica. A comissão especial opina pela rejeição do veto. Continua em discussão o veto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nestes 60 minutos que teremos para discutir o Veto Total à Proposição de Lei nº 19.437, originária de um projeto de lei de minha autoria, espero convencer os colegas de Plenário da importância de seguirmos o parecer da comissão especial que está opinando pela rejeição do veto.

Para historiar e fundamentar a nossa posição, gostaria de dizer que o projeto de lei tratava de uma extensão de prazo para que o Município de Matias Barbosa, tão bem governado pelo nosso companheiro Luís Carlos, do PT, e sua equipe, pudesse, no prazo de cinco anos, construir um conjunto habitacional vinculado e integrado ao Plano Municipal de Habitação de Interesse Social numa área que estava revertendo para o governo estadual. Esse processo remonta ao ano de 1951, quando o Município doou para o Estado de Minas Gerais 10.000m², com o objetivo de construir uma escola rural, que, de fato, foi construída pelo Estado e ocupou 2.380m². Portanto o Município doou para o Estado 10.000m², que, por sua vez, usou 2.380m² para construir a escola. Tivemos, ao longo dos anos, uma área remanescente de 7.620m². Durante todos estes anos, essa parte da área não foi utilizada para nenhuma outra finalidade vinculada à educação.

Em face dessa disponibilidade de terreno e da necessidade do Município de Matias Barbosa, como todos os Municípios mineiros, de ampliar as oportunidades de acesso, principalmente da população de baixa renda, em face da política habitacional, esta Casa aprovou uma lei que fez reverter para Matias Barbosa os 7.620m², para que ali fosse construído um conjunto habitacional.

O tempo passou. Felizmente, por vários motivos burocráticos, de disponibilidade orçamentária, o governo Lula lança agora, entre tantas boas iniciativas, o programa Minha Casa, Minha Vida - programa habitacional muito importante, que tem como meta atender a 1 milhão de famílias brasileiras. A Prefeitura agilizou procedimentos para ali, naquela área, erguer conjunto habitacional. Só que o prazo se extinguiu e para que o terreno não fosse perdido, devolvido para o Estado, foi solicitado pela Prefeitura de Matias Barbosa, composta de pessoas muito sérias, que este Deputado apresentasse um projeto de lei estendendo o prazo de cinco anos para que esse Município pudesse então cumprir a sua finalidade habitacional naquele terreno. Apresentamos então o projeto de lei. O prazo original era para ser de 10 anos, mas na tramitação o prazo ficou estabelecido em 5 anos, e esse projeto foi aprovado por unanimidade pelo Plenário desta Casa.

Registro também que, durante toda a tramitação do projeto nesta Casa, como é de praxe, o governo estadual foi ouvido e posicionou-se favoravelmente ao projeto, uma vez que a área remanescente estava ociosa e havia demanda pela implantação de um conjunto habitacional,

portanto seria melhor um terreno ser usado para cumprir uma finalidade pública que ficar abandonado.

Observado o parecer da Comissão, o parecer do governo estadual, a intenção da Prefeitura de Matias Barbosa e o desejo deste Deputado, o Plenário da Assembleia aprovou por unanimidade o projeto. Ele virou, então, proposição de lei e seguiu para ser sancionado pelo Governador Aécio Neves. Infelizmente, talvez por um ruído de comunicação dentro do governo, essa proposição de lei recebeu o veto e transformou-se então na Mensagem nº 438/2009. O argumento do governo para o veto - e aqui repito - foi colocado contraditoriamente à sua posição durante muito tempo, em toda a tramitação do projeto nesta Casa, e era de que haveria necessidade de aproveitamento do terreno para expansão de horta, de espaços para atividades físicas vinculadas à atividade educacional. Isso foi estranho, até porque, durante todo o processo de tramitação, mesmo com a aprovação do projeto por esta Casa, não houve manifestação contrária de qualquer segmento sobre a destinação, prevista pelo interesse da Prefeitura, de se construir um conjunto habitacional.

Fizemos contatos novamente com a Prefeitura de Matias Barbosa, que está rigorosamente aberta para estabelecer parceria com a própria escola estadual com vistas a atender ao seu interesse de atividade complementar, caso haja necessidade de um espaço esportivo, de algum nível de ampliação. A escola, aliás, é também compartilhada com a rede municipal, que em breve terá seu atendimento próprio. No entanto, sabemos que esse terreno, desde praticamente 1951, tem uma área remanescente ociosa.

Justamente no mês em que a Assembleia aprova lei para governo que assumiu recentemente, do nosso partido, o PT, construir programa habitacional vinculado às prioridades habitacionais apresentadas pelo Presidente Lula e pela Ministra Dilma Rousseff, aparece outro interesse, que pode até ser legítimo, mas que não deve entrar em conflito com todo um processo constituído de acesso às verbas federais para a construção de conjunto habitacional. Com esse objetivo, fizemos debates internos nesta Casa, conversamos com o Líder do Governo, nosso amigo Deputado Mauri Torres, conversamos com Deputados da região, inclusive com o Deputado Lafayette de Andrada, que foi relator na comissão especial desse veto, e com os demais Deputados que integraram a comissão especial do veto. Tivemos trabalho de convencimento de que houve, de fato, nesse caso, equívoco em proceder ao veto à Proposição de Lei nº 19.437.

Gostaria de continuar essa argumentação, para que fizéssemos ampla mobilização da Casa para a derrubada desse veto. Para isso queremos envolver Deputados da base. Antes de prosseguir, não porque esteja falando de Deputados da base, concederei aparte ao Deputado Sávio Souza Cruz, que é o Líder da Minoria, nosso Bloco PT-PCdoB-PMDB, que em tão boa hora veio a se constituir na Casa como referência para boa parte da população mineira.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Obrigado. Peço desculpas por fugir um pouco ao tema da discussão do projeto de sua autoria. Hoje o Governador em exercício do Distrito Federal, Paulo Octávio, renunciou ao cargo, com mais um desdobramento do chamado mensalão do DEM. Precisamos ver, a respeito dos homens públicos, os conceitos que expressam, o que pensamos, o que consideramos boa gestão. Liste algumas opiniões emitidas a respeito do Governador José Roberto Arruda. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso disse: "Pela boa administração que exerce no Distrito Federal, José Roberto Arruda é hoje uma das principais lideranças do cenário político nacional". O combativo Líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, diz o seguinte: "Arruda serve para ser candidato a Presidente da República pelo Democratas". E o Senador Álvaro Dias diz: "Arruda não faz barganha, não instalou balcão de negócios para oferecer a este ou àquele partido". Que coisa! Para finalizar, o Senador Heráclito Fortes, outro baluarte do Democratas, diz: "Parabenizo o Governador José Roberto Arruda por suas ações moralizadoras". Então, no momento em que repercutimos a renúncia do Governador em exercício Paulo Octávio, precisam ficar registrados, sobretudo em ano eleitoral, os conceitos de moralidade, coerência e ação governamental; precisam ficar esclarecidos, assim como o que pensam os tucanos e os democratas sobre o governo de José Roberto Arruda.

O Deputado André Quintão* - Concedo aparte ao nobre Deputado Alencar, parabenizando-o pelo título e pelo Troféu Guará oferecido pela nossa querida Rádio Itatiaia. Mas discordo de V. Exa. em relação à condução do nosso companheiro Rodrigo Lucena e da equipe, sejam concursados, sejam contratados. Em geral, o corpo técnico da Assembleia merece todo o nosso respeito. Qualquer ajuste necessário...

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Respeito tem, mas ela tem de entender que a prioridade aqui é o Deputado e a atividade. Temos televisão. Fico muito tranquilo, porque criei essa televisão há 15 anos. Desta tribuna aqui não existia, foi da tribuna antiga que pedi a criação da TV Assembleia para mostrarmos a cara desta Casa.

Então, Deputado, isso é prioridade. Quero deixar bem claro, pois V. Exa. não acompanhou, mas ontem o Vice-Presidente desta Casa estava no evento do Troféu Guará e não apareceu nem a imagem do Deputado. Talvez pelo fato de ele ser do PT - não sei. Quem sabe é porque o Vice-Presidente desta Casa é do PT, mas estava ao lado do José Alencar e não podia aparecer? Nem mesmo a imagem do Deputado Weliton Prado foi mostrada. E olha que ele é o Deputado que diminuiu as contas de luz, de água, e agora do gás e do telefone. Aliás, já está sendo acertado tudo no governo federal. É ruim falar isso na sua ausência. O Deputado Ivair Nogueira estava lá desde a primeira hora, mas o seu nome nem sequer foi citado. Ainda estava lá o Deputado Gil Pereira, acompanhando o Presidente desta Casa, e acredito que o Deputado Carlos Gomes também. Vários Deputados foram, e nem mesmo a imagem deles apareceu. Os concursados que chegaram têm de entender que temos de mostrar trabalho. Adiantou o Deputado ir lá para representar esta Casa? Penso que não é por aí. Temos bons profissionais. Porém é até bom ter acontecido isso, e acho que o Rodrigo terá de ver essa questão. Depois do ocorrido hoje, amanhã, às 16 horas, podem chegar lá, porque deverão fazer uma reunião para saber e avaliar o que está acontecendo.

Não adianta, em um trabalho de comissão, chamar o João, o Manoel ou o Antônio, mas não entender o pensamento dos Deputados André, Dilzon Melo e Agostinho Patrús, que também estavam na comissão.

É isso que tentamos expor. Estou ajudando V. Exa. nessa discussão agora. Faltam 43 minutos e estou ajudando-o. Então é isso que pedimos, porque antigamente isso não acontecia. Então, há 15 anos, nessa tribuna - porque só existia essa, depois a Bancada do PT exigiu e fizeram esta supertribuna de R\$45.000,00, na época, aliás, um absurdo o valor dela -, pedimos a criação e a conseguimos. Há coisas que não podemos aceitar numa televisão do Legislativo, uma televisão para mostrar esta Casa, a atividade de cada parlamentar, cada um que vem aqui e para mostrarmos que estamos trabalhando e que está havendo uma obstrução ao PT. Mas, enquanto se expõe aqui, vemos, em um jornal, escrito de todo tamanho: uma semana depois da volta do recesso, Deputados Estaduais e Vereadores deixam projetos com passos lentos. E esperam retorno sem votação.

O Deputado André Quintão* - Isso é lamentável, não é? É preciso que o governo cumpra os acordos para retomarmos as votações. V. Exa. tem toda a razão.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Quando vem a obstrução, é marcha lenta em fevereiro. Temos de mostrar que não é somente o que é demonstrado em jornal, mas que está havendo discussão aqui. Temos de votar. A Casa está cheia, e todo o mundo está na antessala ou no Plenário escutando V. Exa., e não conseguimos votar. São matérias como essa que não podemos... Pela TV Assembleia, podemos mostrar que existem outras discussões. Conseguimos uma marca muito boa no Ibope e não podemos perder isso. Querendo ou não, quem está ligado nestes 15 anos de televisão está acompanhando a atividade parlamentar de cada um. É bom acontecer isso e a gente votar. V. Exa. não vai aparecer mais ou menos na televisão apenas porque falou sobre isso. Os meninos concursados lá em cima sabem que aqui ninguém toca, aqui ninguém manda embora, e que vão fazer do jeito que querem, que o chefe aqui terá de engolir seco, porque farão o que querem. Então não pode ser assim.

O Deputado André Quintão* - Quero agradecer o aparte, Deputado, agradecer a contribuição por parte de V. Exa., que é muito importante para o projeto de lei, para Matias Barbosa.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Fiz uma crítica como jornalista. É importante porque estou ajudando V. Exa. na obstrução, pois, daqui a pouco, V. Exa. não conseguirá levar esses quarenta e tantos minutos. Agradeço a V. Exa.

Se não nos mostrarmos, se não nos valorizarmos, quem está lá em cima ou quem está na imprensa não nos valorizará. Gostaria de convidar V. Exa. para, na próxima quinta-feira, às 11 horas, ao lado do Roberto Carvalho, Vice-Prefeito de Belo Horizonte, assinar a autorização para a construção da alça do Belvedere. Enfim, depois do trabalho de vários Deputados desta Casa, conseguiremos a alça do Belvedere para melhorar o trânsito. Estão convidados V. Exa. e todos os Deputados que colaboraram e os que não colaboraram, para a solenidade de início das obras da alça do Belvedere, na próxima quinta-feira, às 11 horas, no local onde será construída. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão* - Corrigindo o Deputado Alencar, nesse caso todos os Deputados ajudaram, até porque esse projeto foi aprovado aqui sem obstrução. Todos os projetos relevantes para Belo Horizonte, independentemente de partido, sempre contam com o apoio desta Casa. Gostaria também de dizer ao nobre Deputado que as convicções deste Deputado e juízos a respeito da competência e da seriedade, principalmente dos servidores desta Casa, não estão vinculados a nenhum tipo de favorecimento, até porque nesta Casa quem trabalha muito terá, necessariamente, o reconhecimento da sociedade, seja por meio do reconhecimento da TV Assembleia, seja por meio de instrumentos de avaliação das pessoas por todo o Estado de Minas Gerais. No entanto respeito a opinião de V. Exa. e tenho a certeza de que o Presidente da Casa e o Diretor-Geral levarão sua observação em consideração. Não acompanhei esse episódio, especificamente, mas de fato é importante que todos os Deputados da Casa acompanhem. V. Exa. tem todo o nosso apoio.

Concedo aparte ao Deputado Marcus Pestana, que é da região. Disponho de 43 minutos, que será pouco, porque, ao falarmos desse veto, tocamos fundo na questão da dificuldade dos Municípios a respeito da habitação, da disponibilidade de terrenos, no que se refere ao programa de compensação que o governo está lançando para os Municípios com menos de 25 mil habitantes. Queremos critérios republicanos na distribuição desses recursos, porque discutimos também questões da educação. Hoje o Deputado Paulo Guedes fez aqui uma crítica e uma denúncia das mais graves, e acho importante abordá-las, uma vez que estão relacionadas com o tema.

O Deputado Marcus Pestana (em aparte)* - Caro Deputado André Quintão, não só como Deputado majoritário em Matias Barbosa, mas principalmente como novato, uma vez que retornei à Assembleia há 25 dias, estou fazendo um enorme esforço para me incorporar à dinâmica da Casa e entender o processo legislativo. Gostaria que V. Exa., que é mais experiente, pudesse me ajudar a entender o que a crise moral do GDF, o que o ocaso do ex-Governador Arruda, o que a alça do Belvedere e o que o Troféu Guará têm a ver com o terreno em Matias Barbosa. Estou fazendo um enorme esforço para incorporar todos os parâmetros regimentais à dinâmica da Casa e gostaria de ilustrar mais um pouco, de aprofundar e conseguir compreender a dinâmica deliberativa desta Casa.

O Deputado André Quintão* - Agradeço ao Deputado Marcus Pestana o aparte. Obviamente este Deputado é democrático e, ao conceder o aparte, não pode, de antemão, descobrir o conteúdo que será proferido pelo Deputado. No meu caso, os Deputados que estão aqui desde o início, como V. Exa., conseguiram captar toda a história desse terreno, desde 1951. São 10.000m², dos quais foram utilizados 2.380m², com uma área remanescente de 7.620m². Uma lei desta Casa, de 2003, concedeu um prazo de cinco anos à Prefeitura, que não construiu o conjunto habitacional por questões burocráticas.

A pedido do Prefeito Luiz Carlos, do PT, apresentei projeto. V. Exa. conhece o Prefeito, sabe de sua competência e honestidade. É pessoa muito séria e tranquila. Esse projeto foi aprovado nesta Casa por unanimidade. O Deputado Adelmo Carneiro Leão foi o relator desse projeto e também deu seu apoio a ele. O projeto foi aprovado nesta Casa por unanimidade, e, misteriosamente, apareceu argumento do governo, que havia se posicionado favoravelmente a vetar o projeto. Essa fase foi superada, o governo reconheceu que a justificativa da Prefeitura é aceitável.

Deputado Marcus Pestana, pedi que houvesse o contato da Prefeitura com a área da educação, para não haver conflitos de interesses. Foi-me relatado que a parte municipal, que funciona na escola, será objeto de nova escola e que existe área esportiva sendo utilizada ao lado. É perfeitamente compatível, pois sabemos que habitação e educação são duas políticas públicas das mais relevantes. Tivemos o cuidado de não colocar uma área contra a outra, ente estadual contra ente municipal, até porque nós, que defendemos políticas públicas republicanas, assim como V. Exa., o fazemos independentemente de conotação partidária, de o Prefeito ser do partido A, B ou C.

V. Exa. tem grande reconhecimento da área da saúde no Médio Jequitinhonha, área em que trabalho muito. Sou Deputado majoritário do PT, e V. Exa. é aliado nosso pela implantação de políticas públicas naquelas cidades, por meio do fortalecimento do consórcio. Há esse reconhecimento. Na comissão especial, o Deputado Lafayette de Andrada foi o relator e apresentou parecer pela rejeição. É importante, neste Plenário, convenceremos os Deputados a aprovar esse projeto, até porque precisaremos de quórum qualificado de 39 Deputados, para derrubar esse veto, pois é questão relevante. Respeitamos todos os apartes. Esta Casa é democrática, e este é assunto importante, pois diz respeito à moradia de centenas ou dezenas de famílias de Matias Barbosa. Prossigo com essa linha de raciocínio.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Deputado André Quintão, aproveite para agradecer ao Deputado Marcus Pestana, pois há Deputados que usam o aparte para tratar de outro tema. Por exemplo, o Deputado Marcus Pestana apartou V. Exa. para tirar dúvida regimental dele. Em vez de estudar o Regimento Interno, como é seu dever, ele usa aparte a V. Exa. para tirar as dúvidas regimentais que ainda tem a esta altura do mandato.

O Deputado André Quintão* - Prossequindo, Sr. Presidente, alguns Deputados me questionaram: "Se a Casa aprovou lei em 2003, por que a Prefeitura não conseguiu cumprir a lei e executar o conjunto habitacional?". Deputado Adelmo Carneiro Leão, nesse caso entra a importância do fortalecimento tributário dos Municípios mineiros. No ano passado, com a crise internacional, tão bem enfrentada pelo Brasil, o governo federal lançou programa de compensação de perdas para os Municípios, do Fundo de Participação dos Municípios. Esse programa foi executado da seguinte forma: todos os Municípios que perderam recursos tiveram a recomposição, com base em determinado ano anterior. Nenhum Município perdeu; seu Fundo de Participação foi recolocado com repasse republicano, sem intermediação alguma, sem apadrinhamento algum.

Em Minas, por informações extraoficiais, alguns Prefeitos nos comunicaram que o governo do Estado fará algo diferente. Haverá compensação para Municípios abaixo de 25 mil habitantes, só que os critérios ainda não estão totalmente claros.

Aliás, o Bloco PT-PMDB-PCdoB está apresentando um requerimento para que o governo explicita os critérios que adotará para compensar os Municípios. Defendo, obviamente, compensação ampla e geral, com a liberação não condicionada a questões político-partidárias. Acho isso muito sério. Vejamos, por exemplo, as emendas parlamentares. O Orçamento para 2009 chegou à Assembleia em 2008. Apresentamos as emendas para 2009. No ano passado, essas emendas não foram pagas, mas, ao final do ano, num esforço de todos, de negociação, para não criar nenhum constrangimento para o Orçamento, entramos num acordo. Deputado Paulo Guedes, é assim que funciona. Como se aprova um Orçamento para o ano seguinte se o do ano vigente não foi cumprido? Fizemos, então, um esforço de negociação, mobilizamos Prefeitos, objetos de nossas emendas. Todos apresentaram documentação, assinaram convênio, fizeram plano de trabalho, vieram a Belo Horizonte, divulgaram nas suas cidades as intervenções. Muitas comunidades ficaram felizes. Sonhos de muitas pessoas poderiam ser realizados por meio da ação da Prefeitura, com verbas para manutenção de estrada vicinal, unidades de saúde, ampliação de escola, construção de Centro de

Referência da Assistência Social, apoio aos conselhos tutelares, mas o fato é que muitas coisas encaminhadas não foram publicadas; foram publicadas, mas não foram empenhadas; ou foram publicadas, assinadas, empenhadas, mas até hoje não foram pagas. Não há nenhuma luz no fim do túnel.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Obrigado, Deputado. Aproveitando um aparte na discussão do Veto ao Projeto de Lei nº 19.437, dentro do seu raciocínio sobre o tratamento da nossa bancada nesta Casa por parte do governo relativamente à questão do pagamento das emendas e também a respeito da recomposição das perdas do ICMS, quero dizer que estou muito preocupado.

Falarei da minha região. Ontem mesmo estive com cinco Prefeitos. Todos me falaram que já foram procurados por cinco ou seis Deputados da base do governo, que já se sentem como donos, patrocinando essa recompensa que porventura vier a acontecer. Fico muito triste com isso, conforme V. Exa. já expôs.

O governo federal recompensou as perdas do Fundo de Participação dos Municípios segundo um critério republicano, não discutiu o tamanho do Município, se é administrado por A ou por B, pelo PT, pelo PMDB, pelo PSDB ou pelos Democratas. Foi creditado, aliás, na conta da mesma forma como é creditado o Fundo de Participação dos Municípios. Nem foi por meio de convênio. Aqui o governo bolou essa ideia de criar um programa que compensa com até R\$200.000,00 os Municípios com até 5 mil habitantes; com R\$250.000,00, os Municípios com até 10 mil habitantes; com R\$400.000,00, os Municípios de 20 mil a 25 mil habitantes. No Norte de Minas, esse programa já tem um nome: bolsa Anastasia.

Quero, assim, aproveitar desse instrumento aqui para alertar, inclusive, a Justiça Eleitoral. Isso é campanha da forma mais chula e barata que pode existir. Gostaria, então, que ficasse registrado que estamos atentos a isso. Esperamos que esse programa, que é de recomposição das perdas do ICMS, um direito republicano de todos os Municípios, não seja usado eleitoralmente como vêm fazendo alguns Deputados da base do governo lá na minha região, procurando os Prefeitos, sentindo-se como donos, como se fossem eles que estivessem liberando esses recursos. Isso nos entristece muito, da mesma forma como denunciei aqui hoje a perseguição a uma Diretora de Escola, eleita democraticamente, na cidade de Manga. Refiro à Diretora Edineida Mendes Batista, da Escola Estadual Olegário Maciel. Ela já é Diretora há 16 anos, sempre reconduzida por unanimidade pela comunidade escolar, em função do seu caráter, do seu empenho, da sua dedicação total à escola e à comunidade escolar. Essa pessoa, porque não comunga com as ideias do Prefeito ou do Deputado do Prefeito, é demitida sem nenhum critério, sem ser comunicada, sem a abertura de qualquer processo disciplinar e sem direito de defesa. Estamos voltando, Deputado André Quintão, à idade da pedra. Nem a ditadura militar foi tão corajosa para fazer algo desse tipo.

Aproveito essa oportunidade para chamar o governo, que precisa acordar. Há coisas acontecendo no interior, e não é possível que o governo não esteja sabendo. O governo prega o Choque de Gestão, a moralidade, isso e aquilo, mas, lá na ponta, as coisas estão acontecendo de forma muito diferente. As coisas não estão acontecendo como vemos nos jornais. A realidade é triste no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha. Os Municípios sobrevivem, praticamente, do repasse do FPM. Eles têm de custear as despesas do governo: a funcionária da delegacia, a gasolina do carro da Polícia Militar e da Polícia Civil. Se não derem uma casa para o Delegado, ele não fica na cidade. Se não ajudarem, o Promotor não fica na comarca do interior; o Juiz não vai. Se não houver funcionários da Prefeitura para o fórum, este não funciona. O transporte escolar é obrigação do governo do Estado, mas é bancado pelos Municípios. O governo não ajuda nem na recuperação das estradas vicinais. As regiões pobres, como o Norte de Minas, vivem também sob perseguição de alguns aparatos do governo, como o IEF, que persegue os produtores rurais daquela região. O agronegócio cresceu, nos últimos sete anos, 80%, no Triângulo Mineiro e outras regiões do Estado. No Norte de Minas, o agronegócio e a agricultura familiar tiveram um decréscimo de 1% nos últimos sete anos. A política de não deixar produzir, a burocracia ambiental e uma série de coisas...

Deputado André, quis apenas ilustrar. Aqui também é o espaço do debate e da discussão, até para que o governo aperfeiçoe suas medidas e possa enxergar um pouco mais. O Deputado Antônio Júlio diz, com muita propriedade, que, com o puxa-saquismo, as pessoas escondem a realidade do governo. Se é assim, estamos aqui para mostrar ao governo a verdadeira realidade do que está acontecendo na nossa região.

Sr. Presidente, considerando que o Plenário não tem o número regimental de Deputados, está presente apenas o bloco da Oposição, solicito o encerramento, de plano, da reunião, reservando ao Deputado André Quintão o tempo que lhe falta para a continuação da discussão na próxima sessão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, concordo com o Deputado Paulo Guedes, pois esse é um projeto importante e não há um número suficiente de Deputados para continuarmos essa importante discussão.

Lembro-me, Deputado Paulo Guedes, que, na primeira vez em que estive em Matias Barbosa, fui a uma reunião com o Conselho Tutelar. Hoje, nos conselhos tutelares, há uma grande demanda por veículos e por computadores. Esta Casa aprovou uma emenda popular destinando recursos para o aparelhamento dos Conselhos Tutelares. O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, com critérios técnicos de IDH, de pontos de violência e de exploração sexual, apresentou uma lista de alguns Municípios prioritários a serem contemplados.

Até hoje não sei exatamente quais serão esses Municípios, mas tive informações extraoficiais de que não serão os Municípios aprovados pelo órgão deliberativo. Comuniquei isso, e o faço de público, ao Deputado Líder do Governo, Mauri Torres. Trata-se de questão muito séria. Se uma deliberação republicana do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, fundada em critérios técnicos e de relevância social, for substituída por outros critérios de qualquer natureza que não integrados ao interesse público, será considerado fato muito grave, que merecerá deste Deputado, e tenho certeza dos demais Deputados e Deputadas desta Casa, o tratamento político adequado que questão tão séria como essa merece. Por isso reitero aqui a solicitação ao governo do Estado para que, no caso do cumprimento das emendas populares - aliás, boa parcela delas tem preservado os acordos realizados nesta Casa -, busque informações e cumpra o que foi determinado pela comissão designada pelo Conselho Estadual da Criança para definição de critérios e de Municípios a serem atendidos com verbas desta Casa, aprovadas pelo Plenário, por meio das audiências de revisão do PPAG.

Questão de Ordem

O Deputado André Quintão - Porém, Deputado Doutor Viana, como não há número suficiente, agradeço a V. Exa. o trato respeitoso que, como sempre, tem com o Regimento desta Casa e solicito o encerramento, de plano, por falta de quórum, preservando-me os 18min57s, a fim de que, em outra oportunidade, eu conclua a importante discussão dessa matéria, para que o povo de Matias Barbosa tenha direito a mais alternativas de conjunto habitacional. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvoando as extraordinárias de amanhã, dia 24, às 9 e às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 24, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

Às 15h7min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Ivair Nogueira, Lafayette de Andrada, Padre João e Ademir Lucas (substituindo o Deputado Domingos Sávio, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ivair Nogueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 4.070/2009 (Deputado Délio Malheiros) e 4.144/2010 (Deputado Domingos Sávio) no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetido a votação, é rejeitado requerimento do Deputado Sargento Rodrigues solicitando a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.070/2009. O Presidente, relator do Projeto de Lei nº 4.070/2009 no 1º turno, determina a distribuição de avulsos de seu parecer, que conclui pela aprovação da matéria; determina, também a distribuição de avulsos, solicitada pelo relator, Deputado Domingos Sávio, do parecer sobre o Projeto de Lei nº 4.144/2010, no 1º turno, que conclui pela aprovação da matéria com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral da Imprensa Oficial do governo do Estado pedido de providências para o cumprimento do parágrafo único do art. 4º da Lei 15.432/2005, de 3/1/2005, que prevê que o órgão oficial de imprensa dos Poderes do Estado destinará espaço para divulgação de fotos e dados de crianças desaparecidas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, amanhã, dia 25, às 9h45min, com a finalidade de apreciar os pareceres, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.070/2009 e 4.144/2010, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 2010.

Délio Malheiros, Presidente - Neider Moreira - Ivair Nogueira - Antônio Júlio.

Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Especial para emitir parecer sobre a Indicação dos nomes de Suely Duque Rodarte, irene de melo pinheiro, avani avelar xavier lanza, arminda rosa rodrigues da matta machado, magda lopes campbel, keyla mayumi ferreira matsumura de melo, maria aparecida sanchez coelho, rosane marques crespo costa, ângela imaculada l. de freitas dalben, sebastião antônio dos reis e silva, tomás de andrade noqueira e faíçal david freire chequer para comporem o Conselho estadual de Educação, em 25/2/2010

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados João Leite e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a arguir publicamente as Sras. Suely Duque Rodarte, Irene de Melo Pinheiro, Avani Avelar Xavier Lanza e Rosane Marques Crespo Costa, indicadas para comporem o Conselho Estadual de Educação, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Registra-se a presença do Deputado Lafayette de Andrada, que assume a Presidência. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de Pareceres Sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres Sobre as Indicações nºs 34, 39, 40 e 41/2009, respectivamente, do Sr. Sebastião Antônio dos Reis e Silva, do Sr. Tomás de Andrade Nogueira, da Sra. Ângela Imaculada L. de Freitas Dalben e do Sr. Faíçal David Freire Chequer, no turno único, tendo como relatora a Deputada Rosângela Reis. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as indicadas, que são convidadas a tomar assento à mesa. Registra-se a presença do Deputado Diniz Pinheiro. A Presidência concede a palavra às Sras. Suely Duque Rodarte, Irene de Melo Pinheiro, Avani Avelar Xavier Lanza e Rosane Marques Crespo Costa, cada uma por sua vez, para que façam suas explanações, e aos Deputados, para que elaborem suas perguntas, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, hoje, às 15 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 2010.

Lafayette de Andrada, Presidente - Carlin Moura - João Leite.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 2/3/2010

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.437, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 14.599, de 23/1/2003. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46/2008, da Deputada Ana Maria Resende e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial, que opina pela aprovação da Emenda nº 2, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.416/2008, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido ao setor de industrialização de máquinas e equipamentos pesados para indústrias siderúrgicas, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.793/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de laticínios, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.794/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de revestimento cerâmico, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 630/2007, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre a Política Estadual de Agroindústria Familiar e dá outras providências. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 610/2007, do Deputado Weliton Prado, que estabelece diretrizes para o apoio do Estado à fruticultura no Triângulo Mineiro. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Política Agropecuária.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.642/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública - Conseps - localizados no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que dá nova redação ao art. 273 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Cultura e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 2/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.179/2009, do Deputado Vanderlei Jangrossi; 3.559/2009, do Deputado José Henrique; 3.791/2009, do Deputado Almir Paraca; 3.963/2009, do Deputado Domingos Sávio; 4.037/2009, do Deputado José Henrique; 4.122/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 4.137, 4.145 e 4.146/2010, do Governador do Estado; 4.156/2010, do Deputado Arlen Santiago; 4.182/2010, do Deputado Délio Malheiros; 4.190/2010, do Deputado Braulio Braz; 4.191/2010, do Deputado João Leite; 4.194/2010, do Deputado Tiago Ulisses; 4.226/2010, dos Deputados Chico Uejo, Délio Malheiros e Vanderlei Jangrossi.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 475/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 921/2007, do Deputado Sebastião Costa; 2.427/2008, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 2.950/2008, do Deputado Lafayette de Andrada; 3.862/2009, do Deputado Carlos Pimenta; 4.096/2009, da Deputada Ana Maria Resende; 4.098/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.103/2009, do Deputado Jayro Lessa; 4.112/2009, do Deputado Duarte Bechir; 4.139, 4.140 e 4.141/2010, do Governador do Estado; 4.160/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.162/2010, do Deputado Ivair Nogueira; 4.163/2010, do Deputado João Leite; 4.170/2010, da Deputada Rosângela Reis; 4.174 e 4.175/2010, do Deputado Wander Borges; 4.177, 4.178 e 4.179/2010, do Deputado Zé Maia; 4.180/2010, do Deputado Antônio Júlio; 4.181/2010, do Deputado Délio Malheiros; e 4.195/2010, do Deputado Tiago Ulisses.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 2/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.468/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.470/2010 e 5.471/2010, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 2/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.347 e 5.350/2010, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Administração Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 2/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.755/2009, do Deputado Gil Pereira.

Requerimentos nºs 5.464/2010, do Deputado Ademir Lucas, e 5.474, 5.475, 5.476 e 5.477/2010, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15h15min do dia 2/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.428/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 2/3/2010, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação do Veto à Proposição de Lei nº 19.437, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 14.599, de 23/1/2003; das Propostas de Emenda à Constituição nºs 14/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que dá nova redação ao art. 273 da Constituição do Estado, e 46/2008, da Deputada Ana Maria Resende e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado; dos Projetos de Resolução nºs 2.416/2008, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido ao setor de industrialização de máquinas e equipamentos pesados para indústrias siderúrgicas, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75, 3.793/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de laticínios, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75, e 3.794/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de revestimento cerâmico, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75; e dos Projetos de Lei nºs 610/2007, do Deputado Weliton Prado, que estabelece

diretrizes para o apoio do Estado à fruticultura no Triângulo Mineiro, 630/2007, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre a Política Estadual de Agroindústria Familiar e dá outras providências, 3.642/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública - Conseps - localizados no Estado, e 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 1º de março de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática e de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Deiró Marra, Carlin Moura e Dalmo Ribeiro Silva, membros da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática; os Deputados Adalclever Lopes, Délio Malheiros e Walter Tosta, membros da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, para audiência pública com convidados, a ser realizada em 2/3/2010, às 10h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater as perspectivas de funcionamento da Universidade Vale do Rio Verde - UninCor -, bem como a situação de seus alunos, em face das graves crises acadêmicas e financeiras enfrentadas pela instituição, e de discutir e votar proposições das Comissões.

Sala das Comissões, 1º de março de 2010.

Ruy Muniz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos Parciais às Proposições de Lei nº 19.559 e de Leis Complementares nºs 117 e 118

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlin Moura, Domingos Sávio, Gustavo Corrêa e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/3/2010, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 1º de março de 2010.

Sebastião Costa, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 19.568; 19.621 e 19.625

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alencar da Silveira Jr., Célio Moreira, Fahim Sawan e Padre João, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/3/2010, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 1º de março de 2010.

Fábio Avelar, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Inácio Franco e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/3/2010, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 4.070/2009, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 1º de março de 2010.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Gomes, Chico Uejo, Dilzon Melo e Domingos Sávio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/3/2010, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 1º de março de 2010.

Antônio Carlos Arantes, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fahim Sawan, Antônio Genaro, Delvito Alves e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/3/2010, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 1º de março de 2010.

Durval Ângelo, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

8ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

Discursos Proferidos em 23/2/2010

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente, Deputado José Henrique; caro Secretário, Deputado Sargento Rodrigues; Deputados e Deputadas, gostaria de citar uma frase muito importante do grande líder negro Martin Luther King: "O que me preocupa não é o grito dos violentos, dos corruptos, dos desonestos, dos sem-caráter, dos sem-ética; o que mais me preocupa é o silêncio dos bons." Justifico assim o assunto que trago à baila, neste momento, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Em 2007, quando aqui cheguei, Deputado recém-empossado, fiz um discurso preocupado com o destino da democracia brasileira e com a forma pela qual o povo brasileiro administra a parte mais importante da decisão do seu futuro, as eleições. Digo claramente que de cada 10 pessoas pelo menos 7 não se lembram em quem votou na última eleição. Com base em uma pesquisa nacional publicada até mesmo em outros jornais, a imprensa mineira revelou ontem - essa é uma revelação da pesquisa e não dos meus sentimentos - que dois em cada três eleitores não se lembram do nome do político em quem votaram. Sr. Presidente, o mais surpreendente é que na classe A e B, ou seja, entre os mais ricos, 48% não se lembram; na classe C, a classe emergente no Brasil, 62%. Essa é a classe que está podendo comprar fogão, geladeira ou um carrinho a prestação. Dessas pessoas, 62% não sabem em quem votaram na última eleição. Já nas classes D e E, que são as parcelas mais pobres e mais deprimidas da população, 80% não sabem em quem votaram. Isso me preocupa, porque há um silêncio profundo dos bons, enquanto há um grito dos corruptos, violentos, desonestos e sem caráter. Especialmente agora, durante o recesso parlamentar, iniciou-se a formidável corrida do ouro, como se estivéssemos no velho Oeste americano.

O interior de Minas, assim como o interior do Brasil, está sendo violentamente estuproado pela força do dinheiro dos candidatos sem caráter e sem ética, que procuram o interior bravo para comprar cabos eleitorais. Sabemos - e isso é histórico no Brasil recente - que alguns vendem seus votos até mesmo por telefone. Basta ligar para um Vereador de uma determinada cidade que foi eleito com 500 votos e combinar 200 ou 300 votos. O pagamento pode ser feito pela metade, ou seja, uma parte antes e outra depois das eleições.

A minha grande preocupação é se as pessoas realmente começarão a se conscientizar do valor do seu voto, para depois não reclamarem dos seus Deputados Estaduais e Federais, Senadores, Governadores, Prefeitos. Nós, que conhecemos política e estamos há 30 anos nela, acompanhamos seu movimento em todos os quadrantes da nossa área. Posso dizer de carteirinha que não invado área de ninguém, fico só na minha região, só trabalho e peço voto lá. O que me preocupa - e vimos várias entidades já manifestando essa necessidade - é que o programa da Dilma lançado pelo PT ainda não falou em voto distrital. Por que não se discute voto distrital? Ora, ninguém vai discutir voto distrital em véspera de eleição, mesmo porque a lei eleitoral só pode ser alterada um ano antes da realização das eleições.

Em 2007, 2008 e 2009, queixei-me aqui da ausência da preocupação dos políticos com o voto distrital, exatamente para evitar este fato que está comprovado nas pesquisas: o sujeito vota em quem não conhece e nunca viu por interesse particular, por indução de alguém ou apenas para ficar livre da função cívica de votar. Na minha experiência de vida, em várias eleições para Deputado Estadual, Federal, Senador, via gente chegar à boca da urna procurando um papelzinho no chão para arranjar um número para votar, para não perder seu voto. O papelzinho que aparecesse receberia o benefício.

Temos que repensar este país. Primeiro, nós, políticos, temos que tomar um pouco de vergonha na cara e começar a discutir os assuntos mais pesados e sérios. Outro dia mesmo, participando de um debate na TV Assembleia, falávamos da necessidade da própria TV Assembleia estimular o debate das grandes questões nacionais, das preocupações que a população deve ter e que nós, Deputados, temos obrigação de ter primeiro. Embora grande parte não saiba em quem votou, é preciso que nos preocupemos com a sorte pelo menos daqueles que ainda se lembram do nome em quem votaram. A nossa democracia é tenra, uma plantinha muito pequenininha, faz pouco tempo que saímos da ditadura. É preciso valorizar o voto. Em todos os lugares onde vou, em todos os debates dos quais participo e em todas as reuniões que faço nas minhas campanhas, mostro de forma clara para as pessoas que o voto é a arma mais poderosa que existe, a mais igualitária. O homem mais rico ou o mais pobre tem um voto só. Não se paga para votar, não se gasta um tostão, é preciso só ir votar. Mas, se se vota errado, paga-se caro durante quatro anos.

Sr. Presidente, neste momento a minha região tem sido muito visitada, o que é visto até com muita alegria para nós - muitos Deputados que nunca por lá apareceram estão visitando, chegando, se reunindo, oferecendo vantagem e dinheiro. A minha preocupação não é com a invasão do meu território, porque, historicamente, o Vale do Mucuri e o Vale do Jequitinhonha sempre venderam seus votos para os Deputados das regiões mais ricas de Minas Gerais, e por isso a região continua pobre. O que me preocupa é olhar a prestação de contas do Banco do Brasil e verificar claramente que a distribuição do crédito rural em Minas Gerais, na safra 2008-2009, foi de R\$5.100.000.000,00 e apenas 1,8% foram destinados aos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, ao passo que o Sul de Minas recebeu 28% do total e o Alto Paranaíba recebeu 15,3%. E o que mais me preocupa, Sr. Presidente, é que a situação da safra 2008-2009 se confirma também na safra 2009-2010. Até agora foram aplicados R\$3.500.000.000,00 no crédito rural, e as regiões do Jequitinhonha e do Mucuri, que tiveram, na safra passada, apenas 1,8% dos recursos do crédito rural, este ano têm apenas 1,7% - já caiu mais um pedacinho, o que tende a perpetuar a nossa situação de dificuldade.

Mais estranho ainda, Sr. Presidente, é lembrar que o governo federal determinou, por decreto, que os Municípios de Águas Vermelhas, Berizal, Catuji, Caraiá, Indaiabira, Itanhomi, Itaipé, Patis, São João do Paraíso, Taiobeiras, Vargem Grande do Rio Pardo e Uruçuaia já não poderão produzir café de sequeiro. Esses Municípios foram eliminados do zoneamento agrícola pelo governo federal, que determinou que a partir deste ano o café produzido por eles já não é café de sequeiro. Eles já não poderão produzir café de sequeiro. O que aconteceu, Sr. Presidente? Os créditos dos Bancos do Brasil e do Nordeste, os custeios que foram retirados não podem ser renovados, e o cidadão não tem como pagar. Estão saindo de uma baita seca agora, e não há produção para fazer o pagamento.

Veja, Sr. Presidente, a extensão e a importância dessa informação: de todos os produtos agrícolas e pecuários que possuímos, o café representa 30,86% do total de financiamentos do Estado de Minas Gerais. E agora vem o governo federal e diz que no zoneamento

agropecuário para Minas Gerais neste ano essas cidades já não poderão produzir café. Como se isso fosse fácil. À época da ditadura de Getúlio Vargas, ele mandou pagar para erradicar café. Havia café de mais, então ele mandou pagar por pé de café e cortar. E cortaram, era a época da ditadura. Mas em plena democracia, o governo federal estabelece regras dessa natureza. Não me estranha essa posição dos tecnocratas e dos burocratas de Brasília que nunca pisaram no chão do interior do Brasil, Sr. Presidente. Essa é a mesma turma que considera que a mata seca, a 1.000km de distância do litoral, a partir deste ano, seja chamada de mata atlântica. Foi rebatizada. A mata seca do Norte de Minas virou mata atlântica por decreto. Mudou de nome. Quem estende um pouquinho de geografia, quem foi à escola e estudou pelo menos dois, três anos, viu o mapa do Brasil e o Oceano Atlântico. Viu que há um litoral no Brasil. Entende que mata atlântica é a que está mais próxima do litoral. E o governo federal determina de forma equivocada que a mata seca agora tem de ser chamada de mata atlântica. Com isso os produtores do Norte de Minas estão numa situação de extrema dificuldade. Como vão trabalhar, como poderão explorar aquelas terras? Lembrando que o Brasil ainda possui 71.000.000ha a serem expandidos na sua fronteira agrícola para produzir mais alimento para o nosso povo e para o mundo.

Estranhamos essas situações e começamos a nos preocupar ainda mais, pois não vimos até o momento os Deputados Federais discutirem os problemas mais sérios, hodiernos, do Brasil. Um deles é a reforma tributária, Sr. Presidente, em que o governo federal fica com 70% de tudo que se arrecada no País, o governo do Estado com 24% e os Municípios apenas com 6%. Os pobres, os coitadinhos dos Prefeitos ficam numa situação muito complicada, muito difícil.

A primeira liderança que a pessoa do Município chama é o Vereador, que vai atrás do Prefeito. E nenhum dos dois tem capacidade financeira para resolver o problema nem para buscar uma solução para tal.

Da mesma forma como comecei, Sr. Presidente, isso tudo é decorrência, é consequência daquilo que Rui Barbosa um dia tentou sintetizar em uma frase: "De tanto ver triunfar as nulidades... às vezes se tem vergonha de ser honesto neste país". Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos assiste pela TV Assembleia e pelas galerias, o pronunciamento que me traz a esta tribuna tem o seguinte título: "Arrastou, matou e já está livre!". A cada ano as autoridades comemoram os aniversários do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA -, que, em julho de 2008, alcançou a maioridade. É certo que obtivemos avanços imprescindíveis com o advento desta lei, Lei nº 8.069, de 1990, mas ainda precisamos ter coragem para avançar um pouco mais. Nesse contexto, lembro a repercussão mundial, em 2007, da morte do garoto João Hélio, de apenas 6 anos. Vítima de um crime bárbaro, ele foi arrastado por sete quarteirões, preso ao cinto de segurança do carro em que estava, tomado de assalto por criminosos. Ao pesquisar as matérias jornalísticas sobre o caso, encontramos o seguinte trecho da fala de uma das testemunhas do crime, publicada no jornal "O Globo" do dia 8/2/2007: "Os elementos sabiam que o garoto estava preso. Segundo uma testemunha que os perseguiu, eles andavam em ziguezague tentando se livrar do corpo. Eles arrastaram o corpo por sete quilômetros com a criança batendo na roda traseira e no chão, quicando. Eles viram o corpo e foram muito frios. A gente vê isso pela forma como foi deixado o carro. Ele foi estacionado num canto da rua. Então, eles sabiam o que estavam fazendo - afirmou".

Reproduzi este trecho apenas para que possamos exercitar nossa memória sobre o quanto essa família sofreu e ainda sofre com aquela tragédia. Com certeza, é uma dor que aumentou ainda mais na semana passada, ao saber que um dos autores deste crime monstruoso, à época com 16 anos de idade, já está livre. Ele não cumpriu nem mesmo os três anos de medida de internação - nome técnico da pena aplicada ao menor. Mas a complacência da Justiça não parou por aí, além de ser beneficiado com uma punição muito branda, foi inserido no Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente, do governo federal. Então, pergunto: e a família da vítima, foi assistida com o quê? Como sabemos, não foi amparada em nada, pois vítima neste país é entregue à própria sorte. Da tribuna da Assembleia tenho questionado a aplicação de alguns itens do ECA. Pois não é possível ficar calado diante de situações como essa. Vejo, no meu dia a dia, um monte de autoridades portar-se de maneira hipócrita quando o assunto é tornar mais pesadas as penas para adolescentes que cometem crimes. Como diria a Professora David Corine, ao lecionar a matéria "Lei e Controle Social", na pós-graduação em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, que conclui na UFMG: "A pena, para ter seu efeito, tem que ser célere, certa e severa".

Verificamos que muitas pessoas ainda defendem, com unhas e dentes, essa forma branda de punição, ou melhor, esse "passar de mão" na cabeça de menores criminosos. Opõem-se, assim, ao chamado pai do Direito Penal moderno, Cesare Beccaria, que discorre em sua obra "Dos delitos e das penas" da seguinte forma: a punição ao criminoso deve sempre obedecer à proporcionalidade entre a pena e o delito. Mas, ao que parece, há uma multidão de surdos em nosso País, especialmente no Congresso Nacional, que não consegue modificar o Estatuto da Criança e do Adolescente. Temos que enfrentar esse assunto com mais seriedade. Não dá mais para esperar e apenas contabilizar as vítimas que esses criminosos adolescentes ainda farão. Quantos milhares ainda perderão suas vidas até que deixemos de nos omitir? Muitas vezes, o cidadão não consegue entender e, óbvio, ninguém, em seu estado de lucidez, poderá concordar que crimes praticados contra a pessoa tenham o mesmo tratamento de um crime contra o patrimônio. É óbvio que o furto de uma lanterna, de um aparelho celular, de um eletrodoméstico ou até de um carro, praticado por um adolescente, deve ser tratado de forma diferente no momento de sua punição. Mas, quando estamos diante de um crime como este, do garoto João Hélio, a lei não pode tratar o autor da mesma forma. É exatamente isso que Cesare Beccaria fala em sua obra: "a pena sempre deverá corresponder à gravidade do delito praticado". Ou será que o furto de um aparelho celular pode ser punido de forma igual à morte do garoto João Hélio e tantas outras vítimas destes menores? Não podemos mais aceitar essa situação passivamente. É preciso que toda a sociedade reaja; é preciso corrigir esta grave falha do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Para delitos leves, punições leves; mas, para os crimes contra a pessoa, as punições devem ser sempre exemplares. Somente com a conscientização e a mobilização de todos conseguiremos alterar a lei. No caso tomado como exemplo, o Juiz aplicou ao menor a legislação vigente no País e, infelizmente, ela precisa ser alterada urgentemente.

Vou repetir quantas vezes forem necessárias: no Brasil, preso mesmo fica é quem vai para debaixo da terra! Agora, esse menor criminoso ainda vai dispor de tratamento especial por meio de programa do governo federal. Até quando vamos conviver com situações como essa? Até quando vamos aceitar uma lei que cada vez mais incentiva menores a continuar no mundo crime? Sr. Presidente, quero ainda destacar que a morte do garoto João Hélio publicada na matéria da revista "Veja", no dia 14/2/2007, teve a seguinte chamada: "Arrastado por quatro bairros do Rio de Janeiro, morto e destroçado por bandidos. Mais de uma vez não vamos fazer nada?" Há uma diferença enorme, Deputado. O que o Estatuto fez com a punição do menor? O art. 121 da Lei nº 8.069 prevê a punição máxima para o ato infracional que - tecnicamente falando - não pode nem ser chamado de crime. Esse artigo prevê uma medida de internação de, no máximo, três anos. Então, se o menor mata 10, 15 ou 20 pessoas em um único ato, ele não poderá sofrer uma punição maior do que três anos de medida de internação. Isso contrariou toda a lógica da construção do Direito Penal, que é essa que Cesare Beccaria defende em sua obra dos delitos e das penas. Ou seja, se ele comete um furto de um aparelho celular, não se pode penalizá-lo com uma pena gravosa; vai penalizá-lo com uma pena branda.

Em se tratando de menor, todos aqueles que defendem o Estatuto entendem que o menor tem uma condição muito maior de se recuperar, em razão de sua própria juventude. Isso funcionaria muito bem nos crimes e nas infrações mais leves, e não nos crimes contra a pessoa. O Estatuto simplesmente balizou todos os delitos praticados por menores com uma única punição máxima, de até três anos. O que ele fez foi destruir a lógica e a coerência da punição, que é penalizar o infrator ou o criminoso em razão da gravidade do delito praticado. Essa é a realidade. Será que isso é tão incoerente que as pessoas não enxergam? Será que o menor pode matar duas, três, quatro pessoas e continuar sofrendo uma medida de internação extremamente branda? É o que sempre digo nos meus pronunciamentos: é passar a mão na cabeça.

Ao postar uma pequena mensagem no meu "twitter", um advogado da cidade de Conselheiro Lafaiete me questionou se não seria melhor fazer a aplicação das políticas sociais previstas no ECA. Uma coisa não exclui a outra. Podemos trabalhar no campo da prevenção social cobrando as medidas de aplicação do ECA, mas, por outro lado, não podemos deixar que os crimes contra a pessoa praticados por menores continuem sendo punidos de uma forma tão branda como essa. Já dei vários exemplos disso e gostaria de dar um outro, que foi a entrevista do jornalista Carlos Viana, da Itatiaia, feita a um menor. Ele entrevistou um menor de 17 anos que já havia matado nove pessoas, e a pena máxima que ele sofreu foi uma medida de internação de três anos. O pior é que, ao completar 18 anos, esse menor terá a sua ficha zerada, porque assim

determina o Estatuto, podendo até ingressar em qualquer órgão público, porque não consta nada na sua ficha como crime. A ficha desaparece, até para esse menor que matou nove pessoas. É uma incoerência. O Brasil precisa acordar, assim como as pessoas que defendem o ECA. Para todos os demais delitos que forem praticados por menores, não vejo problema de se aplicar a medida de internação de três anos, na proporção dos delitos praticados, entretanto os crimes contra a pessoa - homicídio, latrocínio e estupro - não podem ser tratados de forma banal, como fez o Estatuto. Aliás, o Estatuto desconstruiu a lógica do direito penal e inverteu toda a situação quando o menor percebeu que poderia matar à vontade, porque o máximo que ele iria sofrer seria uma medida de internação de três anos. É isso que está acontecendo, uma vez que existe uma lei que cada vez mais incentiva o menor a praticar crimes monstruosos, como o que aconteceu com o garoto João Hélio, de 6 anos, e como tantos outros crimes de homicídios bárbaros praticados por menores.

Fica aqui o meu desabafo e o meu alerta para que esta Casa também ajude a cobrar dos Deputados Federais e Senadores, em Brasília, uma saída para essa letargia, a fim de que, realmente, levantemos essa bandeira e corriamos essa falha tão grave que é a forma do ECA de punir os adolescentes, especialmente no que tange aos crimes praticados contra a pessoa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Weliton Prado* - Concedo aparte ao Deputado Alencar da Silveira Jr.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Deputado, apenas para comunicar a este Plenário que, há dois anos, fizemos a frente parlamentar por um transporte digno e de qualidade em Belo Horizonte. Só quando acontece essa paralisação e esse prejuízo dado ao comércio, de R\$14.000.000,00, conforme divulgado pela imprensa, é que falamos da tarifa e da qualidade do transporte.

Sr. Presidente, venho aqui, como Presidente dessa frente, mais uma vez, solicitar aos governos estadual, municipal e federal a desoneração da passagem. Deputado Weliton Prado, hoje pagamos 46% ao governo de impostos relativos à passagem do transporte público. Temos condições, Deputado, em uma crise destas, de diminuir a passagem em 40%, oferecer uma passagem com um preço menor à população e uma remuneração mais digna aos rodoviários.

Depois dessa perda no comércio e na indústria, procurarei todos os segmentos organizados - Fiemg, CDL e Sinduscon - para solicitar a assinatura em um documento que será entregue ao Governador Aécio Neves, ao Prefeito Lacerda e, se Deus quiser!, ao Presidente Lula. Está na hora de oferecermos um transporte de qualidade à população. Não podemos nos lembrar do transporte apenas na hora em que tudo está parado; ao contrário, temos de nos lembrar dessa questão no dia a dia.

Fica aqui o apelo dos 77 Deputados desta Casa a fim de retomarmos essa frente, enfim, para construirmos uma frente única pela desoneração. Esperamos que o tratamento dado à cesta básica também seja dado ao transporte público. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado* - Concordo com o Deputado Alencar da Silveira Jr. No período da manhã, estive com a Prefeita de Contagem Marília Campos, que está realizando um brilhante trabalho na cidade. Na oportunidade, ela nos pediu que, assim como fizemos a campanha pelo fim da taxa de incêndio, da mesma maneira que conseguimos a primeira redução na conta de luz da Cemig em 56 anos de sua existência, do mesmo modo que impedimos o aumento do valor da água da Copasa no ano passado e impedimos que a Cemig e a Copasa incluíssem o nome dos inadimplentes no SPC e no Serasa, abraçássemos a campanha do metrô de superfície - VLT -, que abrange toda a Região Metropolitana de Ribeirão das Neves, Betim, Contagem, Santa Luzia e Belo Horizonte.

Em Belo Horizonte, às vezes nota-se o sentimento de se resolver apenas um problema local, em determinados pontos. Faço uma crítica ao Prefeito Márcio Lacerda, que precisa pensar realmente no desenvolvimento regional, ou seja, na Região Metropolitana como um todo. Fortaleceremos o Movimento Pró-Metrô, intensificaremos a luta. A Copa do Mundo 2014 está aí, e toda a Região Metropolitana tem de ser atendida.

O custo do transporte é realmente muito alto, e o serviço é de péssima qualidade. Belo Horizonte é uma das únicas Capitais do Brasil em que os estudantes não têm direito ao meio passe. Em todas as outras Capitais, os estudantes têm o meio passe, pagam meia passagem. Em Belo Horizonte, essa situação não é realidade.

Por que o metrô não saiu até hoje? Por vários motivos. Primeiro, falta vontade política e integração entre o Prefeito e o Governador, especialmente no tocante ao benefício que é concedido às concessionárias, às empresas de transporte. Na verdade, essas empresas impediram a implementação do metrô em Belo Horizonte. Como deixariam de ganhar dinheiro, não tiveram interesse no metrô.

A partir do momento em que se falou na criação de um consórcio com as empresas de ônibus para fazer esse transporte, eles concordaram imediatamente. Estive com a Prefeita Marília Campos e disse-lhe que encamparemos essa luta no momento apropriado. Vamos intensificar nossas gestões junto ao governo federal. Cobraremos a responsabilidade do governo do Estado e também do Prefeito de Belo Horizonte Márcio Lacerda. Agora estamos intensificando também a campanha por tarifas justas de telefonia e internet, visto que estão entre as mais caras do mundo.

Antes de entrar nesse ponto, gostaria de cumprimentar os Agentes Penitenciários que estão aqui, no Plenário da Casa. Esses profissionais continuam com uma luta muito firme. Temos aqui matérias veiculadas em jornais. No jornal "Estado de Minas", temos: "Corrupção em presidio". Agente descobre irregularidades em penitenciárias, denuncia os dirigentes, que são indiciados, mas depois são promovidos. O funcionário acaba demitido por não cumprir exigências da função.

É justamente o que os Agentes Penitenciários estão denunciando há muito tempo. Eles foram perseguidos, demitidos, escorraçados, humilhados e injustiçados por falar a mais pura verdade. Está escrito aqui no jornal: a revelação da Operação Cadeado. O Agente descobre as irregularidades na penitenciária e cumpre seu papel denunciando. No entanto, quem está sendo punido é esse Agente. Não é possível que situações como essa continuem a ocorrer. Parabéns a vocês pela firmeza, pela luta. Continuamos com o processo de obstrução, enquanto não seja resolvido o problema de todos os Agentes Penitenciários.

Cumprimento também o Sindpol, na pessoa do Denílson, que é realmente um grande companheiro. O Sindpol está também na luta para que os candidatos excedentes do último concurso sejam nomeados pelo governo estadual. Essa questão é muito justa, e estamos em ano eleitoral. O efetivo hoje da Polícia Civil é muito menor que sua previsão. A meta para o final de 2010 era mais de 12.500 policiais civis; hoje temos 10.950. O governo está muito longe de atender a essa meta. Além disso, algumas promessas feitas não foram cumpridas. O governo prometeu valorizar a segurança pública. Apresentei hoje um requerimento, pois houve fuga na cadeia de Monte Alegre de Minas. Os policiais de lá não têm armas, equipamentos. O governo prometeu equipar muitas cidades que funcionam de forma precária.

Já denunciemos aqui casos como o do policial que, ao sacar a arma e perceber que ela não funcionava, a jogou na cabeça do bandido. São situações como essas, humilhantes, que ocorrem em nosso Estado, que tem Orçamento de quase R\$40.000.000.000,00, que gasta praticamente R\$3.000.000.000,00 com a construção do Centro Administrativo, que não é prioridade. Prioridade seria descentralizar as ações do governo, e não centralizá-las na "Neveslândia", o grande Centro Administrativo, a Cidade Administrativa. Esse recurso utilizado daria para solucionar o problema do déficit habitacional, valorizar os servidores, investir mais em segurança pública e na saúde, mas, infelizmente, isso não é prioridade do governo.

Apelamos então às lideranças para que resolvam, de fato, a situação desses 247 excedentes aprovados nas provas por mérito e não por indicação, apadrinhamento político. Eles foram aprovados e têm esse direito. Esperamos que o governo cumpra o que prometeu, sua meta para o final de 2010. Esperamos que nomeie os 247 excedentes. Isso já seria um passo importante. Vejamos: os Delegados excedentes aprovados no concurso foram nomeados? Sim. Os Peritos foram nomeados? Sim. Os Escrivães foram nomeados? Sim. Então, infelizmente, os Agentes de Polícia estão sendo discriminados.

Isso fere o princípio da razoabilidade, da isonomia. Isso é tratar de forma diferente a mesma categoria; é uma ilegalidade cometida pelo governo. Apelamos então apresentando um requerimento direcionado, neste momento, ao Governador Aécio Neves para que, antes de se afastar, tome providências e garanta a nomeação desses servidores que passaram no concurso, numa prova muito concorrida. Por ser ano eleitoral e não haver possibilidade de se realizar outro concurso - o que ficaria muito mais caro para o Estado -, devemos levar em conta a realização da Copa do Mundo. Temos de nos preparar, pois é preciso garantir a segurança, uma das maiores preocupações da população atualmente.

O Governador esteve em minha cidade à época do pleito eleitoral, e mesmo anteriormente, e disse que Uberlândia seria referência na área de segurança pública, não para Minas Gerais, mas para o Brasil e para o mundo. No entanto, não é isso o que está acontecendo. Os índices de violência estão alarmantes. É muito importante que esses excedentes sejam nomeados e que haja designação para todas as regiões do Estado.

O número de policiais civis hoje está muito abaixo do que é determinado pela Organização Internacional do Trabalho - OIT -, ou seja, um policial para cada mil habitantes. Uma cidade como Juiz de Fora, que tem quase 600 mil habitantes, conta com apenas 160 profissionais. O "deficit" é de mais de 400 policiais civis. Se a situação está assim em Juiz de Fora, imaginem em Montes Claros, no Sul de Minas, no Triângulo Mineiro e em outras regiões do Estado! O número de policiais civis é muito pequeno diante da necessidade, está muito aquém do que determina a OIT.

Fazemos um apelo, conclamamos todos os Deputados, independentemente de serem da Oposição ou da Situação. Precisamos de um posicionamento urgente desta Casa e do Governador para garantirmos a efetivação desses servidores, de forma que possam estar nas ruas combatendo a criminalidade e a violência. Para tanto, peça o apoio de todos.

Estamos fazendo uma campanha contra as tarifas abusivas de telefonia e de internet no Brasil, que são as mais caras do mundo embora ofereçam um serviço de péssima qualidade. Existe uma participação extraordinária da população. Fico muito feliz porque estamos recebendo várias contribuições. As pessoas estão nos enviando "e-mails", telefonando para o gabinete e enviando sugestões. Por que um telefone como este, um "iphone", custa R\$1.800,00 no Brasil, e nos Estados Unidos custa US\$50,00, menos de R\$100,00? E é fabricado no mesmo lugar! Se estou na sala da minha casa, o meu telefone não funciona; se uma pessoa me liga no celular e a ligação cai, ainda assim pagará por um minuto. Se a pessoa ligar novamente e a ligação tornar a cair, pagará o valor do minuto. O serviço é uma porcaria, de péssima qualidade, e o valor cobrado é um absurdo.

Vejam a tabela do uso de celular no Brasil: 2.500% mais caro do que na Índia, onde a ligação custa R\$0,01 o minuto; 800% mais caro do que na China, onde a ligação custa no máximo R\$0,05 - aqui no Brasil, o valor médio é de mais de R\$0,45 -; 73% mais caro do que na Inglaterra; 350% mais caro do que nos Estados Unidos; 400% mais caro do que no México e na Rússia. Enfim, é um verdadeiro abuso. Para se ter uma ideia, no Brasil é possível falar 111 minutos ao celular por R\$50,00, sendo que, na Índia, por esse mesmo valor, é possível falar mais de 2.500 minutos.

Quanto à internet, a nossa conexão é lenta e o custo é altíssimo. Para utilizarmos a velocidade de 1MB, pagamos cerca de R\$109,00. No Japão, esse mesmo serviço custa R\$0,50 numa velocidade de 61MB; na França, R\$3,00 numa velocidade de 18MB; nos Estados Unidos, R\$6,00 numa velocidade de quase 5MB. A média no Brasil é R\$35,00 a R\$100,00, numa velocidade de 1MB. As empresas de telefonia cometem um verdadeiro abuso, além de cobrarem pela assinatura básica, o que é totalmente ilegal.

Estamos cobrando, já há algum tempo, a criação de uma companhia estatal para controlar, entrar no mercado e disputar com essas empresas que arrancam o couro do povo. O Presidente Lula já se pronunciou a respeito disso.

Portanto, é muito importante democratizarmos uma empresa do governo para oferecer serviço de celular, banda larga, internet a um preço realmente baixo, a um custo acessível para a população. Além disso, é preciso acabar com a assinatura básica. É fundamental que o governo realmente intervenha.

Gostaria de parabenizar os agentes da Polícia Civil, o Sindpol, os Agentes Penitenciários e de agradecer-lhes, dizendo que a luta realmente continua. Todas as vezes que ocupar essa tribuna, mesmo me referindo a outro assunto, não posso me esquecer da PEC 300. É muito importante a mobilização e a pressão, a fim de garantirmos dignidade aos servidores da segurança pública e votarmos a PEC no Congresso Nacional. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, quero cumprimentar o Sindpol, os policiais civis, os Agentes Penitenciários presentes. Antes de iniciar propriamente a minha fala em respeito ao princípio do contraditório, concedo, com muito prazer, aparte ao Deputado Marcus Pestana, se ainda o desejar.

O Deputado Marcus Pestana (em aparte)* - Deputado Carlin Moura, agradeço-lhe muito. Não quero ocupar o seu precioso tempo. Queria registrar o contundente e veemente protesto à crítica feita pelo Deputado Weliton Prado contra a atuação do governo federal na área das telecomunicações. Esse é um tema que me interessa muito. Estive no Ministério das Telecomunicações durante três anos. A competência de fiscalização e regulação dos serviços de telecomunicação cabe ao governo federal, por meio do Ministério das Comunicações e da Anatel.

Sugiro ao Deputado Weliton Prado que convide o Ministro Hélio Costa e o Presidente da Anatel para debatermos essa questão, que é muito complexa. Por algum mistério, ele aqui apresenta uma irracionalidade do povo brasileiro. Hoje a Anatel soltou um balanço, e vimos que, mais uma vez, batemos um recorde, mais de 1.200.000 usuários no último mês, atingindo uma das maiores taxas de universalização da telefonia móvel, que são 91 celulares por cada 100 habitantes. Isso demonstra o sucesso do processo de privatização e a forma correta com que foi conduzido, o que leva a população a ter acesso ao serviço. Na época da estatal, aí, sim, os serviços eram muito mais caros e não competitivos. Agora, na época da competição e da regulação forte do Estado... Como disse, sugiro ao Deputado Weliton Prado que convide para um debate o Ministro Hélio Costa e o Presidente da Anatel, porque ele fez um veemente protesto contra a atuação do governo federal na área de telecomunicações. Acredito que ele deve ter espaço nesta Casa para expor suas ideias. Quem sabe o governo federal consiga corrigir rumos e aprimorar a política de telecomunicações.

O Deputado Carlin Moura* - Agradeço ao ilustre Deputado Marcus Pestana o aparte.

A sugestão é pertinente. Só devo lembrar a V. Exa. que, respeitando a opinião divergente, dentre tantas coisas criminosas que Fernando Henrique Cardoso cometeu no seu governo, além de ter um Líder de Governo no Senado que hoje está atrás das grades - aliás, quem está preso não é o Governador do Distrito Federal, mas sim o Líder do Senado, do governo FHC -, foi o processo de privatização criminoso, especialmente das telecomunicações. O estrago é tão grande que, para consertá-lo, gastaremos mais tempo. Concordamos com a sugestão de V. Exa. Acredito que o Ministro Hélio Costa deve também ter mais firmeza no controle das telecomunicações no País.

Ilustre Deputado Sargento Rodrigues, só para um maior equilíbrio, concederei antes aparte ao Deputado Weliton Prado. Depois o concederei a V. Exa., com o maior prazer, porque sei que V. Exa. tratará do mesmo assunto que eu, referente aos Agentes Penitenciários.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)* - Serei breve. Gostaria de agradecer-lhe, Deputado Carlin Moura. V. Exa. já falou tudo. É um verdadeiro crime o que foi feito durante o governo de Fernando Henrique Cardoso com as privatizações.

A assinatura básica passou de mixaria para mais de R\$40,00. É valor realmente astronômico. A porcentagem aumentou muito, sem lógica, com a justificativa de se fazer a expansão das redes. As expansões estão todas prontas, mas a cobrança continua. Aquilo que o Deputado Marcus Pestana disse... Aqui há até transparência muito grande na atuação. "Pau que dá em Chico também dá em Francisco." Temos discordâncias em alguns pontos, até em relação à política do governo federal - expresso-me aqui claramente, não tenho medo de fazê-lo. Gostaria que V. Exa. fizesse o mesmo em relação ao governo do Estado. Sabemos que toda esta herança do governo Lula foi herdada do Fernando Henrique Cardoso, e é preciso mudar. Por isso o governo Lula sinalizou com a volta da Telebrás.

Finalizando, gostaria que o Deputado Marcus Pestana fosse mais bem-informado, porque apresentei o requerimento para que seja realizada audiência pública com a presença até de membros dos governos federal e estadual nesta Casa. Esse requerimento foi protocolado, e esperamos realizar a audiência o mais rápido possível.

O Deputado Carlin Moura* - Muito obrigado, Deputado Weliton Prado. O Deputado Alencar da Silveira Jr. lembrou bem: o Líder do Governo FHC, o Governador do Distrito Federal, que está atrás das grades, realmente faz parte do Democratas, partido aliado fiel do PSDB no projeto de privatização. Com muito prazer, concedo aparte ao Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Cumprimento V. Exa., Deputado Carlin Moura, dizendo que hoje houve a troca do Secretário de Defesa Social. Foi nomeado outro Secretário. Como o Sr. Maurício de Oliveira Campos Júnior, ex-Secretário, está fazendo picuinha, pirraça, o que não é digno de autoridade, porque ele deve ter equilíbrio, coerência, quem sabe agora a situação dos Agentes Penitenciários tenha solução mais rápida. Estou cobrando, até para informar aos Agentes Penitenciários, do Procurador-Geral de Justiça agenda para solicitar resposta do documento que protocolei pedindo que se movesse ação civil pública contra o Sr. Maurício de Oliveira Campos Júnior em face da demissão arbitrária dos Agentes Penitenciários. V. Exa. está acompanhando. Uma coisa é exercer com seriedade o cargo de Secretário, outra é inverter a lógica e praticar abuso de autoridade no âmbito da administração pública, não cumprindo o que a lei estadual determinava.

Feita essa consideração, cumprimento nossos visitantes das galerias, que são, eu diria, aspirantes ao cargo de Agente da Polícia Civil, são excedentes. Cumprimento também V. Exa., que assinou o documento que encaminharemos ao Prof. Antonio Augusto Anastasia, Vice-Governador. Esse documento conta com o apoio de vários Deputados desta Casa - dos Deputados Gustavo Valadares, Marcus Pestana, Carlin Moura, Getúlio Neiva, José Henrique -; todos que estão presentes no Plenário assinaram o documento. Gostaríamos de dizer, Deputado Carlin Moura, que contamos com 22 assinaturas de Deputados e que o documento será encaminhado ao Vice-Governador. Da mesma forma que os Delegados excedentes foram chamados para complementar, o Chefe da Polícia Civil deseja muito - até tornou isso público por meio de correspondência - que o governo libere a chamada dos que passaram no concurso e que, neste momento, são excedentes. Eles poderão fazer o curso de formação; basta posicionamento político do nosso Vice-Governador. Então cumprimento V. Exa., que também está conosco nessa caminhada, e obviamente todos os Deputados que estão aqui nos apoiando. Esperamos que o Vice-Governador, assim que tomar conhecimento desse documento, libere para que sejam chamados os excedentes do concurso de Agente da Polícia Civil, para que o efetivo desse órgão no Estado seja complementado. Obrigado, Deputado Carlin Moura, pela paciência e pela democracia que V. Exa. vem exercendo aqui.

O Deputado Carlin Moura* - Cumprimento o Deputado Sargento Rodrigues. Estou inteiramente de acordo. Assinei o documento. Acho fundamental a questão dos Agentes Penitenciários, dos excedentes; é fundamental o direito à efetivação. Percebemos que está por trás disso o descompromisso, o descaso do governo do Estado para com seus servidores públicos.

O governo do Estado não quer recompor o quadro de carreira dos agentes, não quer recompor o quadro de carreira do policial civil. Minas Gerais tem menos de 7 mil policiais civis, quando deveria ter, no mínimo, 15 mil, para prestar um serviço de qualidade. E as consequências disso são os crimes gravíssimos, como os que vêm ocorrendo atualmente em Contagem, no Bairro Industrial. Acabamos de sair de uma audiência pública e percebemos a omissão do Estado no que se refere a esses crimes.

Não se trata da omissão do trabalhador, do policial, do Delegado ou do agente, mas a omissão do poder público como um todo, que não tem o compromisso de se reportar ao servidor público num Estado cujos Delegados de Polícia Civil têm o 17º salário do Brasil, a polícia civil sem reposição dos seus quadros.

O mais interessante é que, por trás disso, há uma concepção de Estado e de poder. O PSDB e o DEM costumam muito dizer que o Presidente Lula gosta de inchar a máquina pública, que o Presidente Lula gosta de arrumar emprego para os militantes do PT e do PCdoB, mas, na verdade, camuflam a realidade. O Presidente Lula gosta de promover concurso público, assim como fez na recomposição dos quadros da Polícia Federal. Não é à toa que a Polícia Federal brasileira é exemplo de atuação, pois ele recompôs seu quadro, promoveu concurso e paga um salário digno. O Presidente Lula defende o quadro público de carreira.

No entanto, não podemos dizer que o mesmo ocorre em Minas Gerais. Como bem lembrou o Presidente Lula na entrevista que deu ao "Estadão", há uma diferença entre os cargos de carreira, efetivo e comissionado. O cargo comissionado é para os protegidos. O governo Lula tem 11 funcionários comissionados para cada 100 mil habitantes; o Estado de São Paulo tem 35 para cada 100 mil habitantes; e a Prefeitura de São Paulo tem 45 para cada 100 mil habitantes. E quantos funcionários comissionados Minas Gerais tem para 100 mil habitantes? Quantos concursos públicos foram feitos pelo governo do Estado? Quantos servidores foram efetivados? Quantos estão no meio daqueles protegidos pelo governo do Estado?

Portanto, é importante sabermos essa diferença. É preciso diferenciar aqueles que valorizam o servidor de carreira, o servidor efetivo, os servidores essenciais para a prestação de um serviço público de qualidade, daqueles que ficam arrumando um empreguinho e uma boquinha para seus protegidos.

Citei muito o partido do ilustre Deputado e grande companheiro Gustavo Valadares, o DEM, o ex-partido do Governador do Distrito Federal. Realmente, é seu ex-partido, pois já saiu do DEM e é um Governador que está preso do Distrito Federal. Esse, sim, vai continuar sendo o Líder do Governo no Senado, do governo Fernando Henrique Cardoso, dos tucanos, do PSDB. Esse foi e sempre será o Líder, porque é a cara do PSDB.

Com muito prazer, concedo aparte ao Deputado Gustavo Valadares.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Obrigado pelo aparte. V. Exa. sabe que estou aqui para defender as bandeiras do meu partido e para discordar de algumas posições de V. Exa., as quais respeito, apesar de discordar delas. Começarei por algumas críticas feitas ao meu partido, o DEM. O Governador José Roberto Arruda, hoje preso, pertencia às grades do meu partido, era correligionário nosso. Quando da divulgação daquelas fitas, que todos os brasileiros e mineiros já conhecemos em seu inteiro teor, o partido foi exemplar ao propor, em menos de uma semana, a sua expulsão. Não o expulsou porque ele se antecipou e pediu desfiliação. Coisa que o PT, partido do governo federal e do Presidente Lula, apoiado pelo PCdoB, de V. Exa., não fez com nenhum dos "mensaleiros".

O ex-Ministro, ex-Chefe da Casa Civil e braço direito do Presidente Lula, José Dirceu, continua filiado ao PT e volta às manchetes dos jornais do País como um dos principais articuladores da campanha da Ministra Dilma. Veja V. Exa. como são partidos que tratam a corrupção de maneira diferente.

Mas minha intenção aqui é apenas deixar um alerta à população mineira e, por que não, brasileira. Se V. Exa., uma pessoa de bem e de quem eu gosto muito, até porque temos as mesmas raízes - somos da mesma região -, critica a privatização do setor de telecomunicações, acho que os mineiros e brasileiros devem ficar de ouvidos em pé e prestar bastante atenção ao rumo que querem seguir, à estrada que querem percorrer a partir das eleições de outubro próximo. Um rumo é o do desenvolvimento. À época da privatização do setor de telecomunicações, como muito bem lembrado pelo Deputado Marcus Pestana, havia aproximadamente 500 mil celulares em todo o País; hoje já chegamos a mais de 175 milhões de celulares. Tudo isso se deve à privatização do setor de telecomunicações, que nem eu nem o Deputado Marcus Pestana, tenho certeza, nem o PSDB, nem o DEM, temos receio de defender, porque ela foi benéfica para o País.

Contando com a aquiescência do nosso Presidente, concluo: é bom que as populações mineira e brasileira tenham consciência de que dois caminhos serão postos à sua escolha nas próximas eleições, em outubro: a continuação do progresso e do desenvolvimento, possibilitando que este seja um Estado que cuida do que é preciso - saúde, educação, segurança pública e infraestrutura -, ou o retorno à reestatização e ao inchaço de um Estado que não cuida do principal, que é sua população. Esse é o grande desafio que o brasileiro e o mineiro enfrentarão para fazer suas escolhas nas próximas eleições, em outubro. Agradeço a V. Exa. a paciência e a oportunidade.

O Deputado Carlin Moura* - Agradeço o aparte ao Deputado Gustavo Valadares, a quem lembro que faremos, sim, esse debate, até porque é o debate do momento, embora não seja possível fazê-lo agora. Mas me fica uma questão: o Líder do Governo Fernando Henrique Cardoso no Senado, que hoje está atrás das grades, é o mesmo que coordenou todo o processo de privatização neste país, um processo criminoso. Vamos averiguar mais essa situação, Deputado, no momento oportuno.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia em diversas cidades do Estado de Minas Gerais, o assunto que me traz hoje à tribuna surpreendeu-me muito desagradavelmente: estamos voltando, Deputado Weliton Prado, aos tempos da ditadura militar, aos tempos ruins, que já esperávamos ter esquecido. Achávamos que, pelo processo democrático brasileiro, atos como o que vou relatar agora já não aconteciam. Mas, por incrível que pareça, em Manga, minha cidade, aconteceu um desses atos: ali foi instalada uma verdadeira censura, cerceando às pessoas o direito de opinar, de expressar suas ideias. A censura está instalada no Norte de Minas, mas o grupo que coordena essa censura fez questão de começar por minha cidade.

Vamos aos fatos. Vou relatar um caso, Deputado Antônio Júlio, que me deixou estarrecido. Víamos esse negócio de tirar Diretoras de escola ou de exonerar Diretoras à época da ditadura militar e mesmo em alguns governos anteriores - restam algumas lembranças do governo Newton Cardoso.

Mas, de uns tempos para cá, quando avançamos no processo democrático, quando a sociedade começou a ser ouvida, quando foram criados os colegiados nas escolas estaduais, quando os Diretores de escola começaram a ser eleitos pelo processo democrático - processo pelo qual alunos, funcionários e professores votam para escolher os Diretores -, houve grande avanço em Minas Gerais. Por incrível que pareça, esperávamos do governo que esse avanço fosse adiante. Entretanto, estamos voltando ao passado, a uma época que não nos deixa saudade.

Há 15 dias, em Manga, fomos surpreendidos com a exoneração da Diretora da Escola Olegário Maciel, Edineida Mendes Batista. Trata-se de uma pessoa que tem todo o respaldo da sociedade manguense, educadora respeitada por toda a comunidade escolar, com luz própria, que já está na direção da escola há 16 anos, sempre reconduzida por unanimidade, pois faz um belíssimo trabalho. Ela elevou - e vem elevando - os índices de educação da Escola Olegário Maciel. A cidade não entendeu o motivo da sua exoneração, que se deu sem explicação do governo do Estado.

Neste momento, gostaria de dirigir-me à Secretária de Educação Vanessa Guimarães, que é uma pessoa de boa índole, que sempre desenvolveu seu trabalho de forma isenta e com respeito a todos, para fazer uma observação: Secretária Vanessa, estranhei essa invasão do processo político partidário na sua Secretaria. Fiquei abismado com essa exoneração em Manga. Governador, se isso é um recado ou uma forma de nos calar aqui, na Assembleia, a turma que lidera o processo de perseguição no Norte de Minas está muito enganada. A nossa região vem sendo perseguida por vários órgãos do governo. O Instituto Estadual de Florestas - IEF - vem perseguindo os produtores rurais, o Departamento de Estradas de Rodagem - DER - vem perseguindo os taxistas, e há uma perseguição implacável aos funcionários da educação, muitos dos quais recebem menos de um salário mínimo. Várias categorias do Estado, como, por exemplo, os funcionários da Polícia Civil, os funcionários e serventes escolares e os profissionais de Secretarias recebem menos de um salário mínimo.

Ninguém ainda explicou o motivo da exoneração da Diretora Edineida em Manga. De acordo com o que ficamos sabendo, a exoneração se deu porque ela é contra o Prefeito. Ou seja, o Deputado Arlen Santiago, a pedido do Prefeito, teria exonerado a Diretora. Isso significa voltar ao passado, ao processo da ditadura militar. Não podemos aceitar essa situação. Esta Casa - e tenho a certeza disto - não ficará calada diante de tamanha gravidade cometida em Manga. Escolher essa cidade foi um erro gravíssimo das lideranças do governo para mandarem o recado de que neste ano usarão o processo eleitoral para perseguir as pessoas, enquadrar os Diretores de Escola ou o serviço público e obrigar as pessoas a fazer campanha para seus candidatos. Essa atitude é coisa do passado, e não podemos aceitá-la. Portanto, registro minha indignação e faço um pedido à Secretária de Educação, Vanessa Guimarães, para que tome as providências necessárias. Deputado Antônio Júlio, o processo de exoneração dessa Diretora foi um absurdo, nem lhe deram o direito de defesa. Em nenhum momento, ela foi comunicada de que alguma coisa estava ocorrendo.

Não foi ouvida, não houve processo legal algum, não houve direito de defesa. Foi pior do que o que houve com os Agentes Penitenciários, porque eles ainda ousaram fazer manifestação. Lá nem isso houve. Em que mundo estamos, Deputado Antônio Júlio?!

O Deputado Antônio Júlio (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Paulo Guedes. Isso nos preocupa muito neste momento, porque aflora o que vivemos nos últimos sete anos: a ditadura que se implantou no Estado, uma ditadura jamais vista, quando o Governador, por meio de sua assessoria, conseguiu calar e amordaçar a imprensa. É preocupação muito grande. Cansamos de denunciar aqui essa mordagem e a ditadura que se instalou em nosso Estado. Ditadura essa que V. Exa. hoje está externando e que externamos aqui várias vezes. Sei, você sabe, e os Deputados devem saber que hoje é proibido às Diretoras de escola fazer qualquer manifestação política dentro das escolas, que estão

impedidas de receber Deputado e não podem ter participação política. Isso é da época da ditadura que vivemos. Será que o governo se esqueceu de que disputará as eleições neste ano? Essa classe da educação foi altamente perseguida neste governo, em todos os sentidos, inclusive no salarial. Será que essa ditadura ainda continuará sendo implantada? A denúncia que V. Exa. faz aqui, Deputado Paulo Guedes, é muito grave e séria. É preciso a Assembleia se manifestar e se posicionar, porque, se aconteceu em Manga, certamente acontecerá em outros lugares. Infelizmente ninguém se manifesta, ninguém reclama, porque as Diretoras de escola passaram a não ter direito nem a administrar sua escola. A Profa. Vanessa disse que elas têm autonomia, e eu disse que realmente elas têm autonomia para fazer o que ela manda. Fora isso, elas não têm autonomia.

Então, Deputado Paulo Guedes, acho que essa preocupação é grave. Se há processo instalado no Estado e a indicação das Diretoras é por via democrática, por eleição, acho que a exoneração tem de passar por processo inverso. Essa denúncia que V. Exa. traz aqui coloca em xeque a educação em Minas Gerais e a administração da nossa Secretária de Educação. Usarão as forças políticas partidárias para começar a perseguição, porque a Diretora é contra o Prefeito, contra o Deputado, contra ou a favor do Governador? Essa denúncia é muito séria. A educação está uma porcaria no Estado, está boa apenas nos números divulgados pelo governo. Na realidade, a educação em Minas Gerais não existe, está de mal a pior. Com essa denúncia, acho que é o caos da educação em Minas Gerais. É isto que poderemos debater neste ano, discutir a proibição da discussão até na hora do café. Quando estão no horário de café, as professoras são proibidas de fazer discussão política. Essa denúncia é muito grave e precisa ser levada adiante.

O Deputado Paulo Guedes* - Ainda mais, Deputado Antônio Júlio, que todas as contas da Diretora Edineida foram aprovadas pelo colegiado, pela Superintendência. Então qual o motivo para a demissão dessa Diretora? Queremos utilizar este espaço e contar com seu apoio e o da nossa Bancada para abrir essa discussão aqui. Da mesma forma que fomos solidários com os Agentes Penitenciários, também começaremos este movimento, porque será o fim da picada se pegar esta onda de perseguir Diretora e interferir em processo democrático, com eleição direta para Diretores. Portanto fica nosso pedido, nossa indignação, e levarei ainda hoje esse assunto para a reunião da nossa Bancada, para colocarmos na pauta. Queremos ouvir a Secretária de Educação para saber o motivo real da exoneração. Fazer exoneração sem direito de defesa algum, sem ouvir a outra parte, sem dar explicação alguma, é no mínimo muito suspeito. Há todos os indícios de que essa foi uma exoneração política, a pedido do Prefeito e do Deputado. Todo o mundo na cidade sabe que o motivo foi esse. Isso é o fim da picada, é voltar na idade da pedra, nos tempos negros da ditadura militar. Não queremos mais ouvir falar nesse tipo de perseguição. Isso é coisa do passado. O Deputado Antônio Júlio foi muito feliz quando disse que em Minas a imprensa está amordaçada. Todo o mundo está sendo vigiado o tempo todo. Interferir na direção das escolas estaduais é algo que não admitimos, não aceitamos isso e reagiremos. Portanto quero uma explicação. Então, com a palavra, a Superintendência de Ensino de Januária. Nessa Superintendência, instalou-se um comitê político de fazer nomeações e perseguições a Diretores. Haja vista estar acontecendo muitas coisas. Portanto faço também uma acusação. Que a Sra. Secretária de Educação, na qual confiamos, comece a olhar os atos da Superintendência de Ensino de Januária, que sempre foi alvo de muitas denúncias. O mesmo grupo que estava lá no ano passado, fazendo as maracutaia, está dando as cartas na Superintendência de Ensino daquela cidade. Portanto, Secretária, tome as providências. Se há um lugar onde é preciso ser feita uma auditoria em Minas Gerais, esse é a Superintendência de Ensino de Januária. Deixo o nosso recado, o nosso pedido e a nossa indignação.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente Deputado José Henrique, caros colegas Deputados, colegas Deputadas, senhores telespectadores, moradores dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha, encontra-se em minhas mãos notícia deveras alvissareira para a região do Vale do Jequitinhonha. A revista "O Brasil Econômico", na pág. 22, estampa a seguinte matéria, sinteticamente: "Trilhos até as minas. O governo de Minas Gerais vai contratar estudos técnicos para construção de novo ramal ferroviário no Estado. A ferrovia deverá garantir o escoamento de minério de ferro de superjazida descoberta no Norte do Estado, com reservas estimadas em 12.000.000.000t. A linha teria como destino o litoral da Bahia". Por que é alvissareira essa notícia, Sr. Presidente? Porque, em verdade, no final de 2007, provocamos reunião do governo do Estado em Teófilo Otôni. Para lá se deslocaram todos os seus técnicos da área econômica, envolvendo também os setores de minas e energia, agricultura e pecuária. Naquela oportunidade, Sr. Presidente, foi feito seminário para verificar as probabilidades empresariais daquela região e obter informações das lideranças locais a respeito das perspectivas de crescimento da região.

Ora, Sr. Presidente, venho defendendo a estrada de ferro para a região dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri desde a década de 70, quando tive a oportunidade de lutar, e muito, por oito anos, contra a erradicação da Estrada de Ferro Bahia-Minas. No meu primeiro discurso na Assembleia, como Deputado, contei esta história sobre o retorno da Estrada de Ferro Bahia-Minas. Trabalhei exaustivamente, seja como Deputado Federal, seja como Secretário Adjunto de Recursos Minerai, Hídricos e Energéticos, para dotar aquela região de probabilidade econômica, para que viesse a ser aquinhoada, no futuro, com estrada de ferro.

Sr. Presidente, como ex-Secretário da atual Secretaria de Minas e Energia, lembro-me que uma das primeiras providências que tivemos foi acertar com o DNPM um convênio, em que foram aplicados US\$1.200.000,00 no mapeamento geológico desde a região de Governador Valadares, incluindo toda a parte do Vale do Rio Doce, a região de V. Exa., Mantena, e subindo até a divisa com a Bahia, o que foi chamado na época de Projeto Leste. O mapeamento geológico foi feito e concluído em 1995. Iniciamos, então, um grande trabalho de busca de empresários, de divulgação do mapeamento na escala de 1:100.000, para que as pessoas que lidam nesse ramo pudessem sensibilizar-se com a exploração dos minérios existentes na região, que, por sinal, são abundantes.

A reserva da região de Salinas, Porteirinha, Patos de Minas e Grão-Mogol corresponde a 12.000.000.000t, e é a segunda maior reserva do mundo. Porém, não é só isso que envolve esse projeto. Deve-se estender a busca de minério para ampliar essa jazida aos Municípios já pesquisados. Por exemplo, até em Jenipapo de Minas teremos uma jazida estimada pelos técnicos em 20.000.000.000t, o que seria a maior reserva de minério de ferro do mundo. Essa oportunidade provocada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico desde o primeiro ano do primeiro governo Aécio Neves tem tido algumas paralisações, mas sem descontinuidade, ou seja, não houve uma paralisação total. Os entendimentos continuaram, e, a partir daí, começamos a identificar novas jazidas de estanho, chumbo, molibdênio, lítio, bário, caulim e calcário em toda a região dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha.

Falo muito sobre isso, talvez até exaustivamente; tenho cansado algumas pessoas com esse assunto. Na verdade, se não tivermos a exploração mineral, não teremos condições de ter a estrada de ferro. A notícia da revista que trago aqui hoje mostra de forma clara que o governo do Estado já está contratando a empresa para estudar a implantação de uma estrada de ferro dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri para chegar ao mar. Talvez não seja a estrada de ferro Bahia-Minas, que ligava Araçuaí a Caravelas; talvez seja outro traçado de interesse das empresas. No entanto, com as descobertas mais recentes de minério de ferro de excelente qualidade em Malacacheta; com a revelação de jazidas de caulim em Padre Paraíso, descobertas também no Município de Icaraí; e com a expansão desses estudos, descobriram estanho e chumbo na região de Capelinha, Minas Novas. Podemos aprofundar, Sr. Presidente, que fatalmente o estudo feito será aqui ou naquela região, uma estrada de ferro pelo miolo dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha. Será uma ferrovia de penetração, chegando até próximo a Montes Claros.

Alguns números nos obrigam a raciocinar a respeito da questão mineral. Temos visto o Brasil muito despreocupado, deixando apenas o setor privado cuidar da questão mineral, o que é ruim. Infelizmente, os poucos técnicos do DNPM, além do Diretor-Geral, estão sofrendo muito com os milhares e milhares pedidos de verificação de áreas para concessão de jazida. No entanto, vemos um Brasil um pouco desinteressado com isso. Tanto o governo federal como o próprio governo do Estado estão desinteressados com as questões minerárias, enquanto países como Chile e Peru se interessam muito, com grande parte de sua economia tendo um desenvolvimento fantástico em função dessa preocupação.

Não se pode entender como o País das Minas Gerais não tenha um só geólogo na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que abarcou a

antiga Secretaria de Minas e Energia, ou melhor, a mais antiga Secretaria de Recursos Minerais e Energéticos.

A nossa preocupação é fazer uma solicitação ao governo do Estado, apesar de ele já estar trabalhando para a implantação do projeto da ferrovia naquela região do Jequitinhonha. Gostaria de criticar os jornais "O Tempo", "Hoje em Dia", "Estado de Minas" e o próprio "Brasil Econômico", porque eles colocam essa região onde há a grande jazida de 12.000.000.000t como sendo do Norte de Minas. Essa região não faz parte do Norte de Minas, mas sim do Vale do Jequitinhonha. É uma questão geográfica. Aliás, as macrorregiões de Minas Gerais estão bem distribuídas, bem catalogadas e bem tranquilas. Falo em nome dessa região pobre do Estado de Minas Gerais, que precisa buscar suas oportunidades econômicas, porque os estudos de viabilidade econômica só serão complementados e acertados, ou seja, nós só teremos o êxito de ter a nossa estrada de ferro ligando o litoral, de Montes Claros até o Distrito Federal, se tivermos a ousadia de propor isso o mais rapidamente. E agora o "Valor Econômico" deu a notícia de que o Estado já está contratando o projeto para fazer a estrada de ferro, o que é bom demais não só para mim, mas também para o Arlen Santiago, Deputado do Norte de Minas. Entretanto precisamos ainda revelar alguns fatores importantes.

Quando Aureliano Chaves era Ministro de Estado, sempre conversávamos com ele. Nessa ocasião, ele tentava levar adiante dois projetos em execução no Norte de Minas, nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. O primeiro seria a exploração mineral, aproveitando a jazida que, naquela época, já se sabia existir. O segundo projeto seria a implantação de microempresas para fazer uma base de produção de ferro-gusa, pelo menos dois, três fornos, em cada cidade, aproveitando o carvão vegetal de 250.000ha, já plantados, com o objetivo de se propor depois a formação de uma aciaria. Quanto tempo faz que Aureliano foi Ministro? Fato é que o sonho ficou lá, tanto o da celulose quanto o da mineração.

Hoje o Brasil é o 4º maior consumidor de fertilizantes do mundo. O 4º maior. Entretanto o Brasil só possui 2% dos fertilizantes produzidos em nível mundial, o que significa que só produzimos a metade daquilo que consumimos. Se quisermos ampliar a nossa fronteira agrícola, temos de aceitar a proposta do Governador do Amazonas, que mostra que lá não existe apenas o fosfato, mas também outros tipos de fertilizantes que podem ser explorados. Assim como o Amazonas, o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha parecem reservas estratégicas de governo, ou seja, no momento eles não querem explorar nada por lá. Estão guardando para depois, para o futuro. A nossa preocupação é porque não sabemos quando será esse futuro. Será que vamos ter o direito de participar? Eu sei que o político não trabalha para ele, mas para quem vem depois de nós. O nosso trabalho é preparar o futuro, trabalhar pelo futuro.

O Deputado Arlen Santiago (em aparte)* - Caro amigo, Deputado Getúlio Neiva, como sempre, V. Exa. aborda temas altamente relevantes em defesa da região do Mucuri, do Jequitinhonha e do Norte de Minas. Felizmente o Governador Aécio Neves e o seu Vice, Antônio Anastasia, conseguiram um milagre econômico no Estado, com o combate incisivo à corrupção e com a sua correta gestão em Minas Gerais. Com isso vemos que essa região em que há o minério, no Norte de Minas, encontra-se hoje cortada por estradas, como é o caso dos Municípios de Rio Pardo, Montezuma, Santo Antônio do Retiro, Novo Horizonte, Fruta de Leite, Berizal, Indaiabira, Vargem Grande do Rio Pardo, São João do Paraíso, etc. Deputado, gostaria de convidá-lo para a audiência pública que aprovamos nesta Casa, que ocorrerá na cidade de Salinas, no dia 8 de março. Aliás, estamos forçando, ao máximo possível, a vinda do Superintendente da Sudene, Paulo Fontana, que ainda não confirmou sua presença. Contamos com o Secretário Sérgio Barroso e com as empresas que já estão preparadas para a extração desse minério. Também tivemos algumas conversas com o professor e nosso Secretário de Obras, o querido Fuad Noman, que está estudando a melhor viabilidade para essa tão sonhada ferrovia. Isso porque não aceitamos, de maneira alguma, a questão do mineroduto, que é um absurdo. Não podemos aceitar que levem as nossas riquezas, fazendo-nos, como sempre, de colônias. Jamais aceitaremos ser colônia. Assim, gostaríamos muito de poder contar com a presença de V. Exa. em Salinas. Também estaremos em todos os lugares para os quais nos convidar.

Quero atentar também para a questão do Código Brasileiro Florestal. Temos de ficar bem preparados porque esse Código foi aprovado da maneira que o governo federal mandou para o Congresso... O nosso relator Deputado Aldo Rebelo está tendo uma posição muito interessante de poder considerar e continuar o desenvolvimento.

O que se quer é simplesmente o seguinte: algumas ONGs, talvez até financiadas com dinheiro internacional, venham a fazer com que a nossa agricultura não seja mais competitiva. O Deputado Aldo Rebelo esclareceu: o dono de uma vaca - se estiver viva e sadia em Portugal até o final do ano - recebe 300 euros, ou seja, quase R\$1.000,00 pela vaca. Sem nenhum subsídio, nós, o nosso produtor, o nosso pronafiano conseguimos produzir a melhor carne do mundo, ter o maior rebanho do mundo e produzimos com grande tecnologia, apesar dessa questão.

A Petrobras, que, segundo o governo federal, caro Deputado Getúlio Neiva, era autossuficiente em petróleo, no mês passado importou um mundo de milhões de barris de gasolina. Vendem uma ideia para a população e agora estão querendo fazer com que o povo do campo pague a conta do meio ambiente. Não aceitaremos essa situação. Somos solidários com V. Exa. Desenvolveremos o Mucuri, o Jequitinhonha e o Norte de Minas. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Muito obrigado, Deputado Arlen Santiago, cuja intervenção enobrece e dá mais clareza ao nosso discurso. Sr. Presidente, peço a excepcionalidade para me conceder mais 2 minutos para concluir o meu raciocínio sobre esse tema, que é profundo e econômico. O que nos causa estranheza é verificar alguns números nacionais e internacionais. No ano 2000, o Brasil exportava US\$8.000.000.000,00 de minério de ferro; em 2008, exportou US\$28.000.000.000,00 desse minério, especialmente para a China e a Índia. A China procurava importar mais o minério de ferro dos Montes Urais e da Austrália, mas passou a desejar o nosso minério de ferro, que era de melhor qualidade. O mais impressionante, conforme notícias de jornais de hoje, é que a China importará 90% do minério de ferro do mundo nos próximos 20 anos. Temos os minérios, as reservas em nosso Estado, mas precisamos ter uma política um pouco mais forte para a exploração desses minérios. O governo de Minas sinaliza de forma clara. As Secretarias de Transportes e de Desenvolvimento Econômico já estão estudando a construção da ferrovia que será a redenção dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha. Se o governo se interessar mesmo, de fato, pela frente poderemos estender a ferrovia, que poderá passar pelo Noroeste de Minas Gerais e chegar a Brasília. Quem pegar o mapa do Brasil, observar bem, colocar um pontinho em Brasília e fizer uma linha reta para chegar à África, verificará que essa estrada é a mais bem direcionada na direção do litoral brasileiro. E Caravelas é a ponta mais avançada do Brasil em direção à África. Tanto isso é verdade que na Segunda Guerra Mundial nós tivemos lá a base aérea norte-americana para invadir a África. Tivemos lá o nosso porto de Caravelas. Sr. Presidente, o assunto é realmente tormentoso e importante. Sei que extrapolei o tempo. Agradeço a V. Exa. Mas volto a afirmar que o Nordeste de Minas Gerais está aguardando a conclusão dos estudos do Estado para que possamos efetivamente garantir a construção da ferrovia que ligará a nossa região ao litoral do Brasil.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Mais uma vez cumprimento a todos e todas. Antes de falar da campanha contra as tarifas abusivas praticadas pelas companhias telefônicas, gostaria de dizer que, neste final de semana, estaremos na cidade de Paracatu, juntamente com o Deputado Almir Paraca, pois será inaugurado mais um Cefet, uma escola técnica profissionalizante do governo federal. Para que isso ocorresse, houve grande empenho do Deputado Almir Paraca. Vários outros Cefets foram construídos no nosso Estado e no País, significando uma grande oportunidade para a juventude preparar-se para o primeiro emprego. Sexta-feira será a inauguração oficial do Cefet, e estaremos presentes. Será uma grande conquista para a cidade de Paracatu e para toda a região Noroeste de Minas, infelizmente esquecida pelo governo do Estado. Para se ter ideia, de todas as regiões do Estado, as que menos recebem recursos do governo do Estado são o Noroeste de Minas e o Triângulo Mineiro. A população do Noroeste já contribuiu muito para o desenvolvimento do Estado, mas, em contrapartida, recebe migalhas do governo desse mesmo Estado.

Ficamos muito felizes quando vemos chegar uma obra dessa natureza, uma escola técnica profissionalizante, que realiza realmente um trabalho belíssimo de formação dos nossos jovens, preparando-os para o mercado de trabalho e garantindo o desenvolvimento de toda a região

Noroeste mineira. Parabéns à população de Paracatu, ao Noroeste e ao Deputado Almir Paraca.

Amanhã estaremos em Brasília, no Ministério dos Esportes, tentando garantir recursos para investir em vários Municípios do nosso Estado.

Gostaria de falar da minha satisfação, da minha alegria em relação ao Promotor Antônio Baeta, que, na minha avaliação, é um dos Promotores mais comprometidos e atuantes do nosso Estado. A partir de 2007, entramos com representações junto ao Ministério Público na tentativa de impedir os reajustes dos valores da conta de água cobrada pela Copasa, totalmente ilegais, pois ferem a Lei nº 11.445. O Promotor Antônio Baeta instaurou o inquérito civil, que gerou uma ação junto ao Tribunal de Justiça. Por meio de uma decisão judicial, conseguimos impedir o aumento do valor da conta de água cobrada pela Copasa no nosso Estado. Foi uma grande vitória para todos nós, consumidores. O ano de 2009 foi o primeiro em que não houve aumento do valor da conta de água cobrada pela Copasa. Depois de muita pressão, o governo criou uma agência reguladora - tínhamos um projeto com esse objetivo tramitando aqui na Assembleia -, mas ela fez uma trapalhada danada, pois não observou os critérios legais e não fez auditoria nas contas da empresa.

A Copasa, mesmo não tendo conseguido o aumento, teve aumento de sua lucratividade. Em muitas cidades - o Deputado Paulo Guedes sabe muito bem disso -, Montes Claros por exemplo, o tratamento de esgoto é cobrado, mas não é realizado. É um verdadeiro absurdo cobrar por aquilo que não existe, é ilegal. Fruto da nossa campanha, conseguimos impedir, em 2009, o aumento do valor da conta de água cobrada pela Copasa. Em 2010, o aumento pretendido era de mais de 11%, mas ficou estabelecido em 3,96%.

Entramos com outra representação no Ministério Público, a qual o Promotor Antônio Baeta acatou imediatamente. Ele entrará com uma petição de embargo junto ao Tribunal de Justiça solicitando liminar para impedir o aumento de 3,96% do valor da conta de água cobrada pela Copasa, previsto para vigorar a partir do dia 1º de março.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Primeiro quero parabenizá-lo pela luta que vem travando pela diminuição dos valores das contas de energia e água, em defesa da população de Minas Gerais. V. Exa. sabe que conta com minha solidariedade; também tenho feito isso na tribuna e na minha região.

Aproveito o aparte para dizer que, nesse recesso todo, rodei todo o Norte de Minas e encontrei casos gravíssimos.

Recebi várias reclamações da população de Janaúba, São Francisco, Janaúria e de outras cidades do Norte de Minas que estão pagando a taxa de esgoto sem terem esse serviço. Algumas partes das cidades dispõem desse serviço, mas as que dele não dispõem também são cobradas. Isso é muito grave. Precisamos que a Copasa tome providências. O sistema de abastecimento também deve ser melhorado, pois a situação é grave no Estado. Pagamos a taxa de água mais cara do País e a energia mais cara do mundo, sendo que esses serviços são de péssima qualidade. Lá no Norte de Minas, Deputado Weliton Prado, nem sequer pode haver ameaça de chuva. Se houver um relâmpago, a energia cai. Quando uma Prefeitura quer comemorar o aniversário da cidade, fazer uma festa, precisa alugar gerador. A energia não suporta mais manter um som ligado.

As comunidades rurais têm sofrido. Desde o início do meu mandato tenho dito que algumas comunidades rurais tem poços artesanais equipados. Em São Francisco havia 18 poços. Denunciei, denunciei, denunciei, e 10 poços foram ligados; o restante foi perfurado e equipado há cinco anos, e a Cemig se recusa a ligar a energia, fazendo ainda política barata. O programa Luz para Todos, que deveria ser direcionado de forma mais correta na região, ainda tem apadrinhamento político. O cadastro é único. Quando acontece ligação numa comunidade, são atendidos pedidos de política A, B ou C, saltando-se uma residência para fazer ligação em outra. Esse tipo de coisa pertence ao passado. O governo do Presidente Lula é referência, tem ensinado como se faz política, respeitando todos os Estados, os Governadores, os Prefeitos, independentemente de coloração partidária. Mas estamos atrasados aqui em Minas Gerais. É impressionante o descaso da Cemig com a nossa região, que é a mais pobre do Estado. O Luz para Todos está muito atrasado. Ainda faltam mais de 70 mil ligações no Norte de Minas, ou seja, 70 mil pessoas ainda não têm energia. E a Cemig tem dinheiro na conta. Há mais de um ano o Presidente Lula fez o repasse, mas a Cemig não faz as ligações.

Precisamos denunciar essa má vontade. O problema, Deputado Weliton Prado, é que a empresa foi entregue a alguns grupos que só visam especulação, compra de empresas no exterior e em outros Estados, só pensam em ganhar dinheiro cobrando da população a conta de luz mais cara do mundo. Estão investindo, especulando e enricando muita gente, mas prestam um serviço de péssima qualidade para quem realmente precisa, que é o povo mineiro. Antes, a situação era difícil somente no interior. Agora, até na Capital não pode chover. Por duas vezes estava falando da tribuna e houve queda de energia em plena tarde. O sistema está frágil, não tem manutenção, o serviço está sendo terceirizado, os escritórios das cidades-polo estão sendo fechados, diminuindo a influência do efetivo da Cemig, entregando de vez o patrimônio público à iniciativa privada. As empresas terceirizadas visam ao lucro, e ao lucro altíssimo. Estão sucateando a empresa, não estão valorizando os funcionários de carreira.

O Deputado Weliton Prado* - É exatamente isso. Estamos denunciando essa situação há muito tempo. O Deputado Paulo Guedes roda todo o Norte de Minas e conhece muito bem a realidade daquele povo sofrido. É uma injustiça. A nossa água, cujo valor é exorbitante, tem uma qualidade muito ruim. As pessoas que têm fossa séptica em casa são obrigadas a pagar o tratamento de esgoto. Não há coleta; há fossa séptica.

A situação é realmente desumana. Temos feito denúncias e obtivemos êxito, por meio de várias representações feitas junto ao Poder Judiciário. Cumprimento mais uma vez o Promotor Antônio Baeta, que já está encaminhando a nossa representação. Ano passado, conseguimos impedir o aumento do valor da água da Copasa, mas, este ano, a partir de 1º de março, teremos um aumento da ordem de 3,96%. Com essa ação encaminhada pelo Promotor Antônio Baeta, esperamos impedir tal aumento, que não tem justificção.

Se uma empresa aumenta o seu lucro, mesmo sem ter ocorrido aumento no ano passado, qual seria a justificativa para se aumentar o valor da conta de água e de esgoto, que, aliás, já é muito alto? Conseguimos, no ano passado, fazer com que a Copasa aumentasse o tratamento de esgoto em aproximadamente 12,5%. A maioria dos Municípios de Minas continua sem o tratamento adequado do esgoto. A Copasa joga-o nos rios e lagos, poluindo o meio ambiente. Então encaminharemos todas essas denúncias à agência reguladora.

A questão da Cemig também é muito séria. Já acumulamos várias vitórias contra essa empresa. Tivemos coragem de levantar a voz contra uma empresa poderosíssima e exigir qualidade, eficiência e preço justo e humanitário para a população, porque, como o colega disse, os valores cobrados pela Cemig são realmente exorbitantes. A realidade é essa. O serviço é também de péssima qualidade - aliás, o serviço prestado pela Copasa, pela Cemig e pelas empresas de telefonia é muito parecido. A cada dia, os valores aumentam e a qualidade cai. Os preços realmente são muito altos. Como sempre costume dizer, um cachorro não pode urinar num poste em Belo Horizonte que a energia cai. Essa não é só a realidade de Belo Horizonte e do Norte de Minas, mas também de todo o Brasil. Aliás, hoje saiu publicada uma matéria no jornal "Correio de Uberlândia" - até protocolei e solicitei por parte da Cemig um ressarcimento - dizendo que um grande número de produtores rurais - pequenos produtores e granjeiros que criam galinhas, frangos - perdeu litros de leite e a criação desses animais. Com as temperaturas muito altas, o ventilador é ligado. Como caiu a energia, ele foi desligado. E o que aconteceu? Morreu um grande número de animais, frangos, galinhas. Isso acarretou um prejuízo muito grande para os pequenos produtores e agricultores do Triângulo Mineiro e outras regiões. Estamos fazendo o levantamento, em todas essas cidades, dos prejuízos dos pequenos agricultores e comerciantes, que realmente são muito elevados. Por quê? Falta de manutenção. Cobram um valor muito alto, pegam os lucros e os dividendos e distribuem-nos para o capital internacional.

Além disso, jogam na planilha, de forma mentirosa, valores que não são realizados. Aliás, se esses valores que estão na planilha fossem utilizados para a melhora do sistema, a energia não estaria essa porcaria. Essa é a realidade. Por meio de dados oficiais, a Cemig já é considerada como a pior companhia de energia do Sudeste. Até há pouco tempo, usavam o "slogan": A melhor energia do Brasil. Na verdade, ele não tem a menor justificativa na realidade. De fato a qualidade da energia da Cemig é muito ruim. Hoje a terceirização é uma realidade, e não investem em pessoal, ou seja, mão de obra qualificada. Há muito tempo, os salários dos servidores estão achatados, e a população está pagando realmente uma energia muito cara, enquanto a Cemig está só expandindo e comprando outras companhias no Brasil, na América Latina e em outros países. Essa é uma verdadeira injustiça com o servidor, que paga esses altos valores e recebe um serviço de péssima qualidade.

Continuamos a fazer gestões junto ao Ministério Público Federal para que os valores pagos de forma indevida pela população na conta de luz nos últimos anos - aliás, não só da Cemig, mas também das outras companhias de energia do Brasil - sejam ressarcidos para os consumidores. Estima-se que esses valores podem chegar a mais de R\$50.000.000.000,00. O que a Cemig fazia quando o cidadão estava com o valor da conta atrasado? Ela cortava a luz e imediatamente jogava esse valor para o resto dos consumidores pagarem isso. Então não corria risco algum. Todos os consumidores iam subsidiar e pagar pelos inadimplentes. Só que, quando o cidadão pagava para obter a luz de volta, ou seja, deixava em dia a conta de luz, esse dinheiro desaparecia, sumia como um passe de mágica. Então para onde ia? Ninguém sabe, pois não aparecia na planilha de custo. O cidadão pagava por isso duas vezes, e esse dinheiro era desviado.

Ao todo, o desvio chegou a R\$50.000.000.000,00, foi colocado como um erro, e os Presidentes das companhias de energia assumiram que erraram. Na minha avaliação, não foi erro; foi furto mesmo, que se consumou. Se fosse em outro país, todos estariam na cadeia. É um verdadeiro absurdo. Estamos pressionando a Aneel. Os ex-dirigentes dessa Agência estão sendo até indiciados, porque grande parte deles, assim que saíram da Aneel, foram trabalhar para as companhias de energia. Isso é favorecimento ilícito. Esses ex-dirigentes estão sendo processados a pedido até da própria CPI da Conta de Luz, da qual o Deputado Federal Elismar Prado fazia parte. Esse Deputado ajudou contribuindo com todos os dados da campanha que fizemos contra a energia mais cara do Brasil, campanha vitoriosa, em que conseguimos a redução do valor da conta de luz, pela primeira vez na história, de 17%. Esperamos que a Aneel realmente reconheça não só o erro, mas também o furto, e que haja a devolução do valor, por meio de desconto na conta de luz da população.

A campanha contra as tarifas abusivas das companhias de telefonia e de internet continua. Continuaremos com as gestões junto ao governo federal para que realmente se crie a Telebrás, para que se crie uma companhia de telefone pública que concorra com as privadas, oferecendo serviço de melhor qualidade, preços realmente justos, incluindo a internet de banda larga, e não essa roubalheira praticada hoje pelas grandes companhias de telefone. No Brasil, elas cobram muito mais caro do que em outros países do mundo, sendo o serviço prestado muito ruim. Por que lá fora essas mesmas companhias cobram valor menor? A campanha continua com muita força. Contamos com o apoio dos Vereadores, das entidades, dos movimentos ligados à Igreja, para que mandem contribuições para o nosso gabinete. Agora intensificaremos a campanha de rua, as ações na Justiça contra as companhias de telefone e até a venda casada em relação à internet e ao telefone fixo, o que é uma ilegalidade - entraremos até, nos próximos dias, com representações no Ministério Público.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 1º/3/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado André Quintão

exonerando Raquel de Mello Avelar Lima do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Marlon Moreira Barbosa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Raquel de Mello Avelar Lima para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Dilzon Melo

exonerando Eugênio de Figueiredo Miranda do cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando Idomilson Genésio Araújo do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Ana Maria de Oliveira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;

nomeando Eugênio de Figueiredo Miranda para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Idomilson Genésio Araújo para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Maurício Fernandes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Gabinete do Deputado Tenente Lúcio

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 27/2/10, que exonerou, a partir de 1º/3/10, Paulo Tadeu Alvim Penido do cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 27/2/10, que nomeou Eduarda Sousa Paranhos Silva para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 27/2/10, que nomeou Paulo Tadeu Alvim Penido para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas.

nomeando Antônio Carlos Gomes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, observadas as Leis nºs 15.014, de 15/1/04, 16.833, de 20/7/07, 17.637, de 14/7/08, a Lei Complementar nº 64, de 25/3/02, e a Resolução nº 5.086, de 31/8/90, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 1º/2/10, a servidora Sílvia Barata de Paula Pinto, CPF: 229.619.336-68, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Consultor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 16/3/2010, às 10 horas, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço global anual, tendo por finalidade a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de confecção de "clipping" jornalístico de rádio, TV e internet.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na sala da Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, Belo Horizonte, no horário de 8h30min a 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$ 0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 1º de março de 2010.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Montes Claros. Cessionária: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 24 meses, a partir de 17/4/2009. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

ERRATA

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 25/2/2010

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 27/2/2010, na pág. 53, col. 1, sob o título "Leitura de Comunicações", onde se lê:

"5.419 a 5.430/2010, do Deputado Doutor Viana", leia-se:

"5.419 a 5.430/2010, do Deputado Doutor Viana", o último com a Emenda nº 1".